

DIARIO OFFICIAL

REPUBLICA FEDERAL

ORDEM E PROGRESSO

ANNO XXXI—4.º DA REPUBLICA—N. 66

CAPITAL FEDERAL

TERÇA-FEIRA 8 DE MARÇO DE 1892

SUMMARIO

ACTOS DO PODER EXECUTIVO:

Decreto n. 753 de 5 de março de 1892 — Manda adoptar o fardamento para apresentações, rondas de theatro e passeios dos officiaes do Corpo de Bombeiros.

Decreto n. 749 A de 27 de fevereiro de 1892 — Abre ao Ministerio dos Negocios da Justiça o credito de 146:988\$ para despesas no exercicio de 1892, com varios serviços, no estado de Sergipe, emquanto a cargo da União.

SECRETARIAS DE ESTADO:

EXPEDIENTE do Ministerio da Fazenda.

EXPEDIENTE do Ministerio da Marinha.

EXPEDIENTE do Ministerio da Guerra.

EXPEDIENTE do Ministerio da Agricultura, Commercio e Obras Publicas.

EXPEDIENTE do Ministerio da Instrução Publica, Correios e Telegraphos.

REDAÇÃO — A (velhice — Os anjos e os hindus — Os hindus do periodo Velico e Brahminico.

RENDAS PUBLICAS — Alfandega Federal — Recebedoria — Mesas de Rendas do estado do Rio de Janeiro.

NOTICIARIO.

EDITAES E AVISOS.

SOCIEDADES ANONYMAS.

PARTE COMMERCIAL.

ANNUNCIOS DIVERSOS.

DECRETO N. 753—DE MARÇO DE 1892

Manda adoptar o fardamento para apresentações, rondas de theatro e passeios dos officiaes do Corpo de Bombeiros.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, á vista da proposta do comandante do Corpo de Bombeiros resolve mandar que se adopte como 2º uniforme e para as apresentações, ronda de theatros e passeios dos officiaes do mesmo corpo, além do que se acha estabelecido nas disposições respectivas do cap. 8º do regulamento approved pelo decreto n. 9.829 de 31 de dezembro de 1887, o fardamento constante da descrição que com este baixa assignado pelo engenheiro Antão Gonçalves de Faria que assim o faça executar.

Capital Federal, 5 de março de 1892. 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Antão Gonçalves de Faria.

DESCRIÇÃO A QUE SE REFERE O DECRETO N. 753 DESTA DATA

Dolman

Para apresentações, rondas aos theatros e passeio.—De panno azul escuro, sem bolsos externos, abotoado ao centro e interiormente por botões pretos, guarnecido na frente, em volta e nas costuras lateraes das espalluas, de cadarço de seda trançado em losango, tendo de comprimento o comprimento do braço estendendo até ao meio da palma da mão, com abertura do lado esquerdo para a espada quando suspensa em gancho do talim. Golla de velludo azul com distinctivo igual ao modelo, bordado a ouro, de um e outro lado da frente. Platinas como as do modelo. Alamares de cadarço de seda igual á guarnição do dolman, formados de dous ramos separados por velludo azul e terminados em ponta. Dezeseis botões, collocados nas pontas dos alamares, de um e outro lado do peito, formando coração, botões dourados brilhantes, com o distinctivo do corpo. Carcellas de velludo azul com 3 botões dourados brilhantes iguaes aos grandes no distinctivo.

Calça

De panno azul escuro, com duas bandas de cadarço igual ao do dolman, em cada perna, separadas por uma banda de velludo azul de um centimetro de largura.

Boné

Kepi de panno azul escuro, com uma cinta de velludo azul, guarnecido de tres tranças parallelas nos extremos dos dous maiores diametros, com arabesco de cordão de ouro na parte alta, galão de ouro e emblema bordado sobre velludo conforme o modelo. Capa de brim de linho branco para o verão, e de oleado para o tempo chuveio.

Capital Federal, 5 de março de 1892.—Antão Gonçalves de Faria.

SECRETARIAS DE ESTADO

Ministerio da Fazenda

Por portarias de 5 e 7 do corrente, foram concedidos 60 dias de licença ao praticante da Alfandega do estado do Ceará Theophilo de Almeida Fortuna, ao praticante da Thesouraria de Fazenda do Rio Grande do Sul José Innocencio Pereira e ao 3º escripturario da Alfandega de Pernambuco Francisco de Salles Vasconcellos; 15 dias ao 1º escripturario da Alfandega do Rio de Janeiro Severiano Rodrigues da Fonseca Hermes, todos com vencimento na forma da lei, e para tratarem de sua saúde onde lhes convier.

REQUERIMENTOS DESPACHADOS

De Joaquim Eduardo Leite Brandão, reclamando contra a acção que lhe é movida pelo Juizo dos Feitos da Fazenda do estado de Minas Geraes, para pagamento das passagens dos colonos canarinos que em 1882 introduziu e collocou em sua fazenda no municipio de S. José d'Além Parahyba, daquelle estado.—Não tendo applicação ao caso o art. 11 do decreto n. 5.245 de 5 de abril de 1873, e tratando-se de divida reconhecida e approvada por decreto judicial, ao Poder Legislativo deverá o supplicante endereçar a presente reclamação.

De D. Adelaide Angelica Duarte Nunes, viuva do almoxarife do Arsenal de Guerra da Capital Federal, José Duarte Nunes, pedindo a entrega das apolices caucionadas e o levantamento da hypotheca dada em sua fiança.—Abaixa da fiança deve ser requisitada pelo Ministerio da Guerra.

De Manoel Joaquim Mendes, pedindo o pagamento do premio que lhe sahiu por sorte no quinto do bilhete n. 4033 da loteria desta capital, n. 277, 1ª parte, extrahida no dia 9 de fevereiro proximo findo.—Pague-se depois de assignado, na Directoria Geral do Contencioso, termo de responsabilidade.

De Manoel Bernardino Torres, pedindo licença para comprar o terreno acrescido ao de marinha fronteiro ao predio n. 5 da praia Formosa, pertencente a Manoel Monteiro de Oliveira.—A licença deve ser requerida pelo vendedor do terreno, e não pelo supplicante.

De Bernardina Cruvello d'Avila, viuva do amanuense archivista aposentado da Estrada do Ferro Central do Brazil, João Antonio Cruvello d'Avila, pedindo o pagamento do que deixou de ser pago a seu finado marido.—A supplicante deve provar que é viuva do empregado aposentado, sem o que não é pessoa habilit para receber e entrar na posse do que ficou o Thesouro a dever ao mesmo funcionario.

De José Vieira da Silva, recorrendo do despacho do inspector da Thesouraria de Fazenda do estado da Bahia, proferido sobre a requisição feita pelo inspector da alfandega do mesmo estado, em virtude do qual foi intimado para desocupar o terreno nacional por elle arrendado, situado junto do antigo Correio, do lado da rua das Princezas, onde tem um estabelecimento de floricultura, e pedindo que se requisite da Thesouraria de Fazenda da Bahia o processo relativo a este assumpto.—A Thesouraria de Fazenda do estado da Bahia para informar, juntando o processo a que se refere o supplicante.

ACTOS DO PODER EXECUTIVO

DECRETO N. 749 A—DE 27 DE FEVEREIRO DE 1892

Abre ao Ministerio dos Negocios da Justiça o credito de 146:988\$ para despesas no exercicio de 1892, com varios serviços no estado de Sergipe emquanto a cargo da União.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, considerando que, por decreto n. 17 de 28 de novembro de 1891, o governo do estado de Sergipe, foi annullado o orçamento do mesmo estado, resolve, usando da autorização contida no § IV do art. 4º da lei n. 26 de 30 de dezembro do anno passado, abrir o credito de cento e quarenta e seis contos novecentos e oitenta e oito mil reis (146:988\$000), de accordo com o orçamento que vigorou em 1891, para occorrer ás despesas com diversos serviços relativos áquelle estado, a saber:

Justiça de 1ª instancia...	125:508\$000
Repartição de policia...	20:880\$000
Diligencias policiaes.....	600\$000
	146:988\$000

O ministro de Estado dos Negocios da Justiça assim o faça executar.

Capital Federal, 27 de fevereiro de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Fernando Lobo.

Do bacharel Joaquim de Moura Machado, fundador de uma instituição destinada a estabelecer pensões vitalícias, denominada «Montepio Popular» que se annexou à Companhia de Seguros Progresso, pedindo que seja cassado o decreto n. 741 de 19 de fevereiro de 1892 que approvou os estatutos de outra instituição com a denominação «Monte-pio Popular» para o mesmo fim e com as mesmas bases, por considerá-lo offensivo aos seus direitos.—Tendo desapparecido a associação «Monte-pio Popular» autorizada pelo decreto n. 195 de 31 de janeiro de 1890, incorporando-se à de «Seguros Mutuos Progresso», como se vê do art. 35 dos estatutos desta, podia o governo autorisar, como fez pelo decreto n. 741 de 19 de fevereiro do corrente anno, a constituição de nova associação com aquelle nome sem violação da lei. De accordo pois com o parecer da Directoria Geral do Contencioso, não tem lugar.

Companhia *Rio de Janeiro City Improvements*, pedindo reconsideração do despacho de 16 de fevereiro ultimo que negou-lhe isenção de direitos para dous saveiros de ferro, destinados aos seus trabalhos.—Deferido nos termos do parecer da Directoria Geral das Rendas Publicas.

Ministerio da Marinha

REQUERIMENTOS DESPACHADOS

João Moreira da Fonseca Souza & Comp.—Indeferido.

John Downes.—Apresente os papeis exigidos por lei.

Andrew Tryndall.—Apresente os papeis exigidos por lei.

J. H. Bellamy.—A' vista da informação, nada ha que deferir.

João Juveniano Freire da Bôa-Morte.—Indeferido.

Julio de Souza.—Indeferido.

Ministerio da Guerra

Por portaria de 5 do corrente, foi nomeado o capitão do corpo de engenheiros Antonio Pinto de Almeida ajudante da Fabrica de Ferro de S. João de Ipanema.

Expediente do dia 2 de março de 1892

Ao Sr. Ministro da Fazenda:

Communicando, em additamento ao aviso de 19 de fevereiro ultimo, solicitando a expedição de ordens para que ao agente de compras do Laboratorio Pyrotechnico do Campinho fosse paga a quantia de 321\$320, proveniente das despesas miudas effectuadas naquelle estabelecimento no mez de janeiro anterior, que tal despesa deverá correr por conta da consignação mensal de 500\$, que o mesmo agente recebia e continuará a receber no exercicio vigente, prestando contas mensalmente no Thesouro Nacional.

Remettendo, afim de que se digne tomar em consideração, os documentos relativos ao facto de haver a Alfandega do estado da Bahia recusado entregar, livres de direito, varios volumes remetidos com destino ao arsenal de guerra do mesmo estado.

Solicitando providencias afim de que:

Com urgência, seja a Thesouraria de Fazenda do estado do Ceará habilitada com o credito de que trata o aviso deste ministerio de 11 do corrente, visto ainda não ter-se satisfeito ao inspector do 11º batalhão de infantaria o pagamento dos respectivos vencimentos, assim como ao seu estado maior, segundo communicou o mesmo inspector em telegramma de 18 do mez findo.

A' vista dos processos de divida de exercicios findos ns. 11.913 a 11.916 e 11.919, que se remttem, sejam distribuidos os seguintes creditos: à Thesouraria de Fazenda

do estado do Paraná na importancia de 93\$500 de que é credor o 1º tenente reformado do exercito Ignacio Antonio da Cruz, proveniente da differença entre a gratificação adicional de sua reforma, que recebeu em 1890, e a que tinha direito no mesmo exercicio; e à do Rio Grande do Sul na de 232\$360, de fardamento que deixaram de receber em tempo opportuno os ex-cabos de esquadra Sabino Valdez, Francisco de Mendonça da Silva e Lucio de Lima e o ex-soldado José Procopio Tavares Filho.

Sejam pagas as seguintes contas: à Companhia Marques, limitada, na importancia de 154\$, à Companhia Industrial do Brazil na de 590\$580, a José Antonio Gonçalves & Comp. na de 163\$505, a Jeronymo Silva & Comp. na de 491\$100, a Guimarães Sampaio & Comp. na de 119\$ e a Rodrigo Vianna & Comp. na de 3.312\$, provenientes de diversos artigos fornecidos à Intendencia da Guerra durante o corrente exercicio; a Costa & Irmão na de 250\$, do concerto que fez no telhado do quartel do 23º batalhão de infantaria, e, à vista do processo de divida de exercicios findos n. 11.912, que se transmite, ao ex-soldado Antonio Roã na de 171\$900, de fardamento que venceu e não recebeu em tempo opportuno.

—Ao Sr. Ministro do Interior remettendo, afim de que se digne tomar em consideração, os papeis relativos ao facto occorrido com o soldado do 10º regimento de cavallaria Francisco Alexandre Monteiro que cahindo no rio Itapirapuam, teria perecido si o soldado do 2º batalhão de engenharia Manoel Etelvino do Nascimento, com grave risco de vida, não corresse em seu auxilio;

—Ao Sr. Ministro da Instrução Publica, Correios e Telegraphos remettendo, afim de que se digne tomar na merecida consideração, o requerimento em que o coronel Antonio da Rocha Bezerra Cavalcante, pede que a Repartição Central dos Telegraphos, lhe passe, por certidão, o teor dos telegrammas officiaes que dirigiu ao ajudante general do exercito e commandante da brigada de cavallaria, concernentes ás ordens que dos mesmos recebeu afim de apresentá-las ao conselho de investigação para justificar-se da causa da revolta dos presos da fortaleza de Santa Cruz nos dias 19 e 20 do mez de janeiro ultimo;

Ao Conselho Supremo Militar remettendo, para consultar com seu parecer, os requerimentos e mais papeis em que o major n. 1º de 3ª classe Dr. Virgilio Tavares de Oliveira e o capitão da brigada policial des. a capital Antonio Evaristo da Rocha, pedem este as honras do posto de major do exercito, e aquelle ser collocado no almanack militar acima dos outros medicos pelos quaes allega haver sido preterido, e o capitão do corpo de engenheiros João Teixeira Maia, reclama contra a preterição que allega ter soffrido com a promoção a major do capitão Luiz Manoel Martins da Silva.

—Ao general ajudante general declarando:

Que, para poder este ministerio attender à reclamação do director do collonia militar do Chopim, de que trata em seu officio n. 2013 de 25 do mez findo, convém que apresente proposta de dous officiaes para exercerem os logares de ajudante e engenheiro auxiliar na dita collonia.

Para seu conhecimento, que é approvedo o mappa da distribuição da força do exercito pelos respectivos corpos arregimentados, à vista do disposto no § 4º do artigo 1º da lei n. 39 A de 30 de janeiro ultimo.

Que os officiaes do 23º batalhão de infantaria que se acham fora do serviço do mesmo batalhão, devem ser dispensados dos logares que exercem e recolhidos a seu corpo, com excepção do tenente Joaquim da Silva Ferreira Filho, ajudante de ordens do inspector do referido batalhão.

Que deve providenciar para que ao alferes do 1º batalhão de infantaria João Baptista da Silva e o soldado do 1º de artilharia Dionizio Ferreira de Abreu sejam transferidos da fortaleza de S. João para a da Lage.

—Ao procurador geral da Republica, remettendo afim de que se digne emittir parecer, o requerimento em que o marechal graduado e reformado do exercito Carlos José da Costa Pimentel representou contra o modo por que a Contadoria Geral da Guerra procedeu na cobrança que fez da differença da sua contribuição para o monte pio militar, entre o posto de general de brigada e o da divisão, quando o devia ter sido realisada entre o posto de general de brigada e o de marechal, de accordo com o artigo 3º do regulamento approvedo pelo decreto n. 695 de 28 de agosto de 1890.

—Ao governador do estado do Rio Grande do Sul, declarando, em solução aos seus telegrammas de 13 e 14 de fevereiro proximo findo, que, à vista da informação prestada pela Repartição de Ajudante General sob n. 181 de 20 do mesmo mez, o tenente Marcelino Antonio dos Santos não foi preterido pelo capitão Antonio Dias Pinto de Almeida, porquanto foi tambem promovido a este posto em 11 do referido mez, sendo classificado no 4º esquadron do 11º regimento de cavallaria, onde havia vaga.

—Ao inspector da Thesouraria de Fazenda do estado do Amazonas declarando que deve providenciar no sentido de ser relevada a carga, que, por aviso de 31 de Agosto do anno findo, se fez ao alferes do 36º batalhão de infantaria José Francisco de Souza, da quantia de 67\$500, proveniente do transporte concedido do Pará ao mesmo estado à sua irmã D. Francisca Maria de Souza, desde que aquelle official declare por escripto ser ella solteira e orphã.

—Ao inspector da Thesouraria de Fazenda do Estado do Pará remettendo, para de novo informar, os papeis relativos à reclamação que fez o capitão do quadro extranumerario José Carlos da Silva Telles sobre ajudas de custo que deixou de receber, e sobre a carga de outra a que se julga com direito de ser alliviado.

—Ao inspector da Thesouraria de Fazenda do estado da Parahyba declarando:

Em resposta ao seu officio n. 5 de 21 do mez findo, que deve providenciar para que sejam os cofres publicos indemnizados das importancias que de mais receberam o major da guarda nacional Francisco de Sá Pereira e o Dr. Antonio da Trindade Antunes Meira Henriques, quando serviram em varios conselhos de guerra, o primeiro como presidente e o segundo como auditor, confirmam-se verifica das ditas saídas que acompanharam o mesmo officio, porquanto as vantagens que lhes competem referem-se somente aos dias em que exerceram aquellas funções, não comprehendendo os intercalados de uma para outra sessão.

Que ao alferes do 27º batalhão de infantaria Miguel Archanho Baptista deve ser paga a ajuda de custo de ida e volta, pela viagem que fez do referido estado ao do Pará, quando foi transferido para o 13º da mesma arma, e deste novamente para aquelle.

—Ao inspector da Thesouraria de Fazenda da Bahia declarando:

Que deve providenciar no sentido de ser paga aos officiaes e aprendizes das secções de coronheiros e espingardeiros do arsenal de guerra do mesmo estado os jornaes que deixaram de receber nos mezes de outubro a dezembro do anno findo, devendo remetter a esta secretaria de Estado uma demonstração da despesa paga, afim de solicitar-se um credito supplementar para legalisar a referida despesa.

Que fica autorisado a mandar pagar, pelo exercicio de 1891, a Amorim & Irmão a quantia de 33.602\$100, sendo, por conta do § 17—Fardamento—25.600\$, do § 18—Equipamento—6.800\$100, e do § 19—Armamento—1.136\$, devendo remetter uma demonstração da despesa paga, afim de solicitar-se um credito supplementar.

—Ao inspector da Thesouraria de Fazenda do estado de S. Paulo remettendo, para informar, o requerimento em que o tenente reformado do exercito Francisco Antonio Dias pede que lhe sejam abonados os vencimentos da tabela annexa às instruções que baixaram com o decreto n. 946 A, de 1 de novembro de

1890, por achar-se incumbido da remessa para a Intendencia da Guerra de todos os objectos existentes no extinto deposito de artigos bellicos do mesmo estado e ser-lhe insufficiente a quantia de 30\$ que percebe por esse serviço.

—Ao inspector da Thesouraria de Fazenda do estado do Paraná, declarando que deve providenciar para que seja paga ao alferes do 8º regimento de cavallaria João Baptista de Souza Carvalho, a ajuda de custo a que tem direito pela viagem que fez desta capital a Santa Catharina, por ter sido nomeado ajudante de ordens do commandante do 5º districto militar.

—Ao inspector da Thesouraria de Fazenda do estado de Goyaz, declarando, em resposta ao seu officio n. 8 de 23 de janeiro ultimo, que, enquanto não se tornar effectiva a extinção da companhia de aprendizes militares, devem continuar a ser pagos os vencimentos dos empregados da mesma companhia e as despesas com os respectivos aprendizes.

—Ao inspector da Thesouraria de Fazenda do estado de Mato Grosso, remetendo, para informar, o requerimento em que D. Constança Barboza Pinto Guedes, viuva do coronel Joaquim Pinto Guedes, na qualidade de inventariante dos bens do extinto casal, pede que sejam expedidas as necessarias ordens afim de serem pagos a seu procurador, na cidade de Corumbá, os alugueis de duas casas pertencentes ao espolio de seu finado marido, desde setembro do anno passado, as quaes estão occupadas, uma com a secretaria da fronteira do Baixo Uruguay e outra com a do 2º batalhão de artilharia e escola do mesmo batalhão.

—Ao Quartel-Mestre General, declarando, para os fins convenientes, que, tendo o commandante da Escola de Aprendizes Artilheiros solicitado a nomeação de uma comissão para balancar a carga da mesma escola e da fortaleza de S. João, convem apresentar proposta do pessoal de que se deverá compor a mesma comissão.

—Ao director do arsenal de guerra da capital declarando:

Em resposta ao seu officio n. 62 de 20 do corrente solicitando providencias no sentido de ser elevada a 920 réis a actual etapa da marinha desse arsenal, que só o Congresso Nacional poderá attender e determinar que a dita etapa fique sujeita a avaliação semestral.

Que o Sr. Vice-Presidente da Republica, attendendo ás allegações feitas pelo soldado do corpo de operarios militares desse arsenal João Francisco Salgado e Silva, se lhe permite retirar do pecúlio que tem na caixa economica até a quantia de 200\$000.

—Ao commando da escola militar da capital declarando:

Em resposta ao seu officio n. 81 de 6 de fevereiro ultimo, que, á vista do que informa o Ministerio dos Negocios do Interior, em aviso n. 512 de 19 do mesmo mez, não pôde ser restabelecido ao transito publico a rua Itapemirim, em Botafogo, pelas razões expendidas no officio de 5 de agosto do anno passado da Directoria Geral da Assistencia Medico-Legal de Alienados, que por copia se envia.

Que é approvada a designação que fez do capitão Marcos Curius Marianno de Campos para, durante o impedimento do capitão Servílio José Gonçalves, substituí-lo no cargo de instructor de infantaria cumulativamente com o de commandante da 3ª companhia do corpo de alumnos.

Que é concedida ao alumno Claudino Nery Volli licença para se matricular no 1º anno do curso superior dessa escola, prestando, porém, exame de historia antes dos exames finais daquelle anno, conforme pediu.

—Ao commando do Collegio Militar:

Permittindo ao menor Huasear Barata Maucebo prestar novo exame de admissão.

Mandando admitir nesse collegio os menores Raul Mello Muller de Campos, Evaristo Augusto Carneiro e Mathias Pereira, este como contribuinte e aquelles como gratuitos.

—A' Intendencia da guerra:

Mandando fornecer ao batalhão patriótico «Tira Dentes» o fardamento necessario para duzentas praças, de accordo com o figurino que for apresentado a essa Intendencia pelo respectivo commandante.

Declarando que, relativamente aos canhões Whitworth e aos saccatrapos com coelharas para canhão obuz de calibre 8, mandados fornecer com outros artigos a colonia militar do Chapeão por aviso de 9 de janeiro findo, devem ser remetidos áquella colonia os artigos que existirem em arrecadação ali ou no arsenal, ficando sem effecto a ordem concernente aos mesmos canhões e seus accessorios, e promptificando-se no mesmo arsenal os dous saccatrapos, que serão posteriormente enviadas á mesma colonia.

Ao tenente-coronel Antonio Francisco Duarte determinando que, por conta do credito que se acha á sua disposição na Europa, faça aquisição de 500 litros de óleo Belmonte para conservação da artilharia Krupp, conforme pede a comissão tecnica militar consultiva.

—Ao Director da Contadoria Geral da Guerra declarando que: tendo sido extinta a fabrica de armas, da qual era director o coronel do corpo de estado maior de artilharia Antonio Joaquim da Costa Guimarães, e restabelecida por acto deste ministerio de 25 de janeiro do corrente anno, de accordo com as disposições em vigor, não está o mesmo coronel sujeito ao pagamento de imposto do sello pela nova nomeação que nesta ultima data teve para aquelle logar.

—Ao engenheiro Fernando Pereira da Silva Continentino declarando que fica autorizado a despendir com as obras de desobstrução e reparos nos rios e vallas da fazenda de Santa Cruz a quantia de 30:000\$, no actual exercicio, de accordo com o orçamento que apresentou, devendo apresentar á Contadoria Geral da Guerra os competentes documentos para o necessario processo e pagamento, e prevenindo de que nesta data se lhe manda abonar por esse trabalho a mesma gratificação que anteriormente percebida.

—A' Repartição de Ajudante General.

Determinando que:

Autorize o commandante do 1º regimento de cavallaria a elevar, por conta da respectiva caixa da musica, a 80\$ a gratificação mensal de 50\$ que percebe o ensaiador da banda de musica do mesmo regimento.

Declarando que:

E' o director do Hospital Militar Provisorio do Andaraí autorisado a receber alli em tratamento os serventes do mesmo hospital que adoeccerem, devendo ser descontado dos respectivos vencimentos a importância que for despendida com o tratamento e alimentação de cada um.

Por telegramma desta data ao commandante do 3º districto militar, se manda recolher, com urgencia, á esta capital o major do corpo de engenheiros Urbano Coelho de Gouvêa, o medico da 2ª classe do exercito Dr. Pedro Borges Leitão no conselho a que foi mandado submeter por Portaria de 26 de fevereiro findo, para se justificar das graves occasiões que lhe faz o inspector Geral do Serviço Sanitario, deverá provar também as que, em sua representação, irrogou áquelle inspector.

E' approvada a nomeação que fez o commandante do 2º districto militar do tenente do 2º batalhão de infantaria Raymundo Magno da Silva para interinamente commandar a companhia de alumnos da Escola Militar do estado do Ceará, em substituição do capitão do quadro extranumerario do exercito Henrique Guilherme Coelho, que pediu exoneração do mesmo commando.

Determinando que providencie:

No sentido de ser sustado, até segunda ordem, pelo Arsenal de Guerra do estado do Rio Grande do Sul o fornecimento de fardamento aos officiaes do exercito.

Para que:

Nos corpos montados com o abuso que se dá de fazerem uso os officiaes dos respectivos estados-maiores dos annuaes dos mesmos corpos para a sua montada, sendo indeferidos os requerimentos em que os commandantes do 7º e 22º batalhões de infantaria pedem que suas cavalgaduras sejam forrageadas pelo estado.

Seja substituido o capitão-medico de 4ª classe Dr. João Moreira da Costa Lima, que serve na guarnição do estado das Alagoas.

Fixando o valor de 976 réis para a etapa e de 1534 para a forragem no estado do Paraná; o de 1530 para a etapa e de 2524 para a forragem no do Amazonas e o de 928 réis para a etapa no do Maranhão, tudo no actual semestre, devendo remetter ao commandante do 1º districto militar a tabella de distribuição ás praças desta guarnição, para que seja enviada á thesouraria de fazenda deste ultimo estado afim de servir de base ao conselho de fornecimento na organização das futuras tabellas.

Nomeando:

Commandante da fortaleza de Santa Cruz, no estado de Santa Catharina, o major reformado do exercito Antonio Vieira de Aguiar, da da Barra do Sul, no mesmo estado, o major também reformado Alexandre Francisco da Costa e ajudante daquella fortaleza o tenente honorario Candido Lourenço de Souza Medeiros, ficando entretanto approvado o acto do commandante do 5º districto militar, de que tratou em officio n. 73 de 23 de janeiro findo, concedendo a exoneração que pediu o major reformado Pedro de Alcantara Tiberio Capistrano do cargo de commandante da mencionada fortaleza de Santa Cruz e nomeando para substituí-lo interinamente o capitão também reformado Antonio José da Silva Viveiros.

O major do corpo do estado maior de artilharia Francisco Pinto de Araujo Corrêa para servir como ajudante na comissão encarregado na Europa da compra de material de guerra e outros artigos, da qual é chefe o tenente-coronel Antonio Francisco Duarte.

Commandante da fronteira e guarnição do Jaguarão, o general reformado do exercito Manoel Francisco Soares.

O tenente coronel do corpo de engenheiros Feliciano Antonio Benjamin e o major do mesmo corpo Urbano Coelho de Gouvêa, este para fiscalisar e aquelle para commandar o 1º batalhão de engenharia.

O major do corpo de engenheiros Luiz Manoel Martins da Silva para fiscalisar o 2º batalhão de engenharia.

O capitão de artilharia Pedro Ferreira Neto para encarregar-se da conclusão da montagem das machinas do Laboratorio Pyrothechnico do estado de Mato Grosso, sendo dispensado o capitão do corpo de Estado Maior de artilharia Lindolpho Libanio Moreira Serra.

Concedendo:

A cidade por mensagem ao general de divisão graduado e reformado do exercito Manoel José Pereira Junior, que se acha respondendo a conselho de guerra.

As seguintes licenças:

Ao 2º cadete do 26º batalhão de infantaria Manoel da Motta Pacheco e ao alumno da Escola Militar do Ceará José Candido Barboza para, de ora em diante, assignar-se, este José Barboza e aquelle Manoel Itaquí Pacheco.

Ao alumno da Escola Militar do Rio Grande do Sul Afilbio Taurino de Rezende para prestar exame vago de algebra e historia, conforme pediu;

Ao soldado reformado do exercito José Roberto Bispo, incluído no Asylo dos Invalides da Patria, para residir no estado de Sergipe, para onde se lhe dará passagem por conta deste ministerio e por onde continuará a ser-lhe abonada a respectiva etapa.

Para, no corrente anno, se matricularem :

Na Escola Superior de Guerra

Ao 2º tenente do 3º regimento de artilharia, addido ao 1º batalhão de engenharia, João Nepomuceno da Costa, prestando previamente novo exame das materias do 1º anno da referida escola.

Na Escola Militar do Ceará

Ao paisano José Telles Barreto, de accordo com o art. 52 do regulamento.

Na Escola Militar do Rio Grande do Sul

Paisano Bernardino da Camara Canto, nos termos do art. 52 do regulamento.

Por dous mezes ao soldado do 9º regimento de cavallaria Manoel Pereira da Silva para tratar de negocios de seu interesse no estado do Ceará.

Para tratamento de saude: por dous mezes ao capitão medico de 4ª classe Agilio Villaboin, por 40 dias ao capitão honorario do exercito José Moreira da Silva Menezes Junior, commandante da 4ª companhia de alumnos da escola de aprendizes artilheiros, e ao tenente do 9º regimento de cavallaria João Paulo de Oliveira Carvalho; por um mez, no estado de Minas Geraes ao 2º cadete 2º sargento do mesmo regimento Francisco Antonio Pio Pereira; por tres mezes ao alferes do 22º batalhão de infantaria Carlos Pekolt e por dous mezes ao 2º cadete addido ao corpo de alumnos da escola militar da capital José Mendes da Cunha, á vista dos termos das inspecções aque foram submettidos em 25 do mez findo.

Por quarenta dias, sem vencimentos, ao 1º sargento do 3º regimento de cavallaria Manoel Soares de Castro, para tratar de negocios de seu interesse no municipio de S. Luiz Gonzaga, no estado do Rio Grande do Sul, devendo correr por sua conta as despesas de transporte.

Transferindo:

Do 4º batalhão de artilharia para o 2º regimento da mesma arma o 1º tenente João Sampaio e deste para aquelle o 1º tenente Antonio Augusto de Moraes; para o 5º regimento o alumno da escola de aprendizes artilheiros João Firmino Ferreira Passos, á vista do disposto no art. 19 da lei n. 39, A de 30 de janeiro de 1892; para o 1º batalhão o 2º tenente do 1º de engenharia José Pereira Pegas, sendo nomeado o capitão aggregado áquella arma Aristides de Oliveira Goulart para fazer parte da commissão de consumo do Laboratorio Pyrotechnico do Campinho em substituição do capitão Pedro Ferreira Netto.

Do corpo de transporte para o 9º regimento de cavallaria o alferes Horacio Soares de Oliveira e deste para aquelle corpo o alferes José Ribeiro Pereira.

Para a Escola Militar do estado do Ceará as matriculas com que os alumnos José Vieira da Rosa, Augusto Botelho Junior, Flaviano Gastão, Fausto Monteiro de Oliveira Lima e Daniel Antonio Sevalhe Junior frequentam as aulas da desta capital, e para a do Rio Grande do Sul com que o alumno Achilles Marianno de Azevedo frequenta as aulas da do Ceará.

Na arma de infantaria: para o 17º batalhão o alferes do 18º Felipe Antonio da Fonseca Galvão; para o 18º o alferes do 32º Julio Canavarro Negreiros de Mello; para o 32º o alferes do 18º Jonathas Gonçalves Barboza; para o 17º o tenente do 10º addido ao 25º Duarte de Alleluia Pires; para o 10º o tenente do 17º Carlos Frederico de Oliveira; para o 10º o alferes do 31º João Erimita de Magalhães; para o 10º o tenente do 35º Pomphil Gurruti Pessoa e para o 22º os operarios militares do Arsenal de Guerra de Pernambuco Bernardino José de Sant'Anna e João Pinheiro da Silva.

Mandando

Declarar:

Em ordem do dia dessa repartição que a disposição do paragrapho unico do art. 5º da lei n. 39 A de 30 de janeiro ultimo, fixando as forças de terra para o actual exercicio, é ap-

plicavel aos operarios militares que servem voluntariamente e aos que passaram da companhia de aprendizes artifices.

Ao commandante:

Do 4º districto militar, em resposta ao seu officio n. 549 de 5 do mez findo, dirigido ao quartel mestre general, que fica autorizado a contractar, pelo menor preço que puder obter, com uma das confrarias religiosas existentes em Minas Geraes, o enterramento das praças alli fallecidas, e a chamar concorrentes para o fornecimento dos caixões fúnebres, devendo remetter as cópias dos contractos realísados, afim de serem approvados;

Do 6º districto militar que, tendo sido extraviada a medalha de ouro commemorativa da guerra do Paraguay, conferida pela Republica Argentina e que daqui foi remetida para o estado do Rio Grande do Sul, afim de ser entregue ao coronel honorario do exercito José de Castro Antqueira, deve o mesmo commandante logo que for sabido o resultado do conselho instaurado para se reconhecer o autor daquelle extravio, mandar cunhar por conta do responsavel uma outra medalha que será entregue ao referido coronel;

4º districto militar, em solução ao seu officio n. 544, de 5 de fevereiro findo, dirigido ao quartel-mestre general, que deixa de ser attendido o pedido, que faz no mesmo officio de ser dobrado o valor da etapa para os officiaes da guarnição do estado de S. Paulo, attentos os preços dos generos no mercado daquelle estado, por isso que trará augmento de despeza, que só pode ser autorizado pelo Congresso Nacional.

6º districto mtar, em riliesposta ao seu officio n. 123 de 11 de janeiro ultimo, que é approvedo o seu acto nomeando uma commissão composta do coronel reformado Joaquim Antonio Xavier do Valle, capitão Antonio Gomes da Silva Chaves e 1º tenente Alfredo Rodrigues Pires para balancearem o armamento e cartuchama existentes no arsenal da guerra do estado do Rio Grande do Sul, bem como verificar o que de alli foi retirado legalmente durante o periodo revolucionario, e que os membros da mencionada commissão devem perceber vantagens de estado-maior de 2ª classe, abonando-se ao presidente o soldo de sua reforma.

Apresentar, com urgencia, ao director da Escola Superior de Guerra o alferes do 11º batalhão de infantaria Francisco de Paula Pedro de Alcantara que, por aviso de 13 de janeiro findo, teve licença para se matricular na mesma escola, e o tenente de cavallaria José Verissimo de Souza, a quem se permite proseguir alli em seus estudos, á vista da proposta que faz a congregação daquelle estabelecimento.

Fazer effectiva a baixa que, por aviso de 22 de outubro de 1890, se determinou fosse dada ao aprendiz artilheiro Anselmo Paschal Bomfim, á vista do disposto no art. 19 da lei n. 39 A de 30 de janeiro ultimo.

Trancar a matricula com que frequenta as aulas da escola pratica desta capital o 2º cadete do 25º batalhão de infantaria Maximino Ferrão de Gusmão Lima.

Seguir a seus destinos, com a maxima brevidade, não só os officiaes nomeados para as diversas commissões, como os que se acham fóra de seus corpos aguardando embarque.

Servir, como addido, no 1º batalhão de engenharia, em vista da deficiência de officiaes no mesmo batalhão o tenente do 7º de infantaria Arthur Parente da Costa.

Matricular, de conformidade com o art. 52 do regulamento:

Na Escola Superior de Guerra o 1º tenente do 5º batalhão de artilharia Autuliano Barreto Lins, e na do Rio Grande do Sul o 2º cadete Antonio Rodrigues Loureiro Fraga Junior e o paisano Arnaldo Alves de Oliveira Bello, a quem se concedeu licença em 28 de dezembro findo para alli se matricular.

Por á disposição do commandante do 6º districto militar o capitão do corpo de estado-maior de infantaria Clodoaldo da Fonseca; do da es-

cola militar do estado do Ceará o alferes do 9º regimento de cavallaria Silverio Furtado do Nascimento e o 2º cadete do 2º regimento de artilharia Henrique Duque Estrada de Macedo Soares; do da capital o cabo da esquadra do 16º batalhão de infantaria, addido ao 10º da mesma arma Paulino Julio de Almeida Nuzo e do governador do estado de S. Paulo, sem prejuizo, porém, do serviço militar, o tenente do 10º regimento de cavallaria Epiphanio Alves Pequeno.

Contar, como de serviço, ao 2º sargento do 3º batalhão de artilharia José Francisco Alves dos Santos, o periodo decorrido de 9 de junho de 1883 a 9 do mesmo mez de 1889, em que esteve no exercito.

Acceptar, si forem julgados idoneos, os substitutos que para se eximirem do serviço do exercito, apresentarem os auspçados Antonio Joaquim, do 10º batalhão de infantaria e Affrônio Carvalho da Silva do 4º regimento de artilharia, o soldado particular José de Souza e Oliveira do 2º regimento da mesma arma e o soldado Pedro Pompilio Pinheiro, do 5º de cavallaria.

Recolher-se a esta capital o tenente do 35º batalhão de infantaria Pompilio Gurruti Pessoa.

Ficar sem effeito:

A portaria de 2 de janeiro ultimo, que declara as zonas sobre as quaes tem jurisdição os commandantes das fronteiras e guarnição do Rio Grande do Sul.

A transferencia de matricula do alumno da Escola Militar do Ceará Achilles Marianno de Azevedo para a do Rio Grande do Sul.

Incluir no 22º batalhão de infantaria o marinheiro nacional Raphael Augusto da Cruz Amaral, que foi transferido para o exercito.

Inspecionar de saude o mestre de linha da Estrada de Ferro Central do Brazil Antonio José Tentão.

Dar baixa do serviço do exercito, por incapacidade physica, ao 2º cadete Francisco Jacintho Fernandes e ao cabo de esquadra José Aureliano Barbalhos, ambos do 1º batalhão de infantaria e ao soldado do corpo de operarios militares do arsenal de guerra desta capital Joaquim de Carvalho Lucas.

Fizeram-se as necessarias communicações.

Ministerio da Agricultura

Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas — 1ª secção — Directoria do Commercio — N. 68. — Circular aos ministerios.

Sr. Ministro. — Tenho a honra de levar ao vosso conhecimento, para os devidos effectos, que o governo não dispõe de passagens gratuitas nas diferentes linhas do Lloyd Brasileiro, Secção de Navegação da Empresa de Obras Publicas no Brazil, e que as passagens nas estradas de ferro e vapores das companhias subvencionadas pela Republica somente serão concedidas aos funcionarios do Estado, no exercicio de suas funcções publicas, aos magistrados e militares, quando removidos de uns para outros pontos, comprehendidas suas familias, conforme ficou resolvido por aviso de 22 de Abril de 1890. — Sauds e fraternidade, — Antão de Faria.

DIRECTORIA CENTRAL

Expediente do dia 7 de março de 1892

Do Ministerio da Fazenda requisitaram-se ordens para que se effectuem os seguintes pagamentos:

De 190:282\$531 a Drumond & Passos por obras executadas no correr de dezembro na estrada de ferro de Porto Alegre a Uruguayana;

De 23:111\$986, importancia da folha relativa a fevereiro, dos vencimentos das praças do corpo de bombeiros.

PRIMEIRA DIRECTORIA DE OBRAS PUBLICAS

Expediente do dia 21 de fevereiro de 1892

Devolven-se ao director engenheiro chefe da Estrada de Ferro Central de Pernambuco a conta na importancia de 309\$310, por dever ser pago pelos cofres daquelle estado, visto tratar-se de transportes de juizes, autoridades e praças policiaes dentro do respectivo territorio.

Dia 7 de março de 1892

Communicou-se ao commandante do corpo de bombeiros, para os devidos effeitos, que por decreto n. 753 de 5 do corrente mez, foi mandado adoptar com 2º uniforme para as apresentações, ronda de theatros e passeio dos officiaes do mesmo corpo, além do que se acha estabelecido nas disposições respectivas do cap. 8º do regulamento approved pelo decreto n. 9829, 31 de dezembro de 1887, o fardamento constante da descripção que acompanhou seu officio n. 75 de 15 de fevereiro proximo findo.

—Autorisou-se a fiscalisação das estradas de ferro a proceder á revisão da carta geographica do Brazil, organizada pela extincta commissão de viação geral, devendo o respectivo serviço ser activado de modo que se ache prompto antes da data da abertura do Congresso Nacional na proxima reunião.

—Autorisou-se o chefe da fiscalisação das estradas de ferro a fazer retirar para o edificio onde funciona, a mesa e armario-mesa, que se achavam ao serviço da mesma fiscalisação quando funcionava no edificio desta secretaria de Estado.

—Declarou-se ao chefe da fiscalisação das estradas de ferro que, não dispondo a secção competente desta secretaria de estado, de pessoal que possa ser incumbido da extracção de cópias authenticas dos contractos relativos á concessão das estradas de ferro Metropolitana, Botafogo a Angra dos Reis, Tijuca, Norte, Principe do Grão Pará, Capital a Guaratiba e Corcovado, deve a mesma fiscalisação designar um dos seus escripturarios afim de extrahir taes cópias.

Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas — 2ª secção — N. 31—1ª Directoria de Obras Publicas—Rio de Janeiro, 7 de março de 1892.

Apezar da terminante recommendação que vos foi feita pelo aviso n. 4 de 16 de janeiro ultimo, para que o relatorio do anno de 1892 e orçamento para o exercicio de 1893 dos serviços que incumbem a essa fiscalisação, serem impreterivelmente apresentados á secretaria de Estado do ministerio a meu cargo até ao dia 29 do mez que findou, é de notar que, até esta data não tenha sido cumprida tal ordem quando são indispensaveis esses elementos para organização do relatorio e orçamento geral com que tenho de levar ao conhecimento do Vice-Presidente da Republica o andamento que ha tido os negocios deste mesmo ministerio em tempo a que o chefe da nação possa dar disso conta ao Congresso Nacional na proxima primeira reunião ordinaria.

Reitero, pois, com insistencia a rigorosa observancia do citado aviso, de forma que, quanto antes sejam apresentados aquelles elementos.—Saude e fraternidade.—Antônio Gonçalves de Paria.—Ao chefe da fiscalisação das estradas de ferro.

REQUERIMENTOS DESPACHADOS

Dia 1 de março de 1892

Domingos José Nogueira Jaguaribe Filho apresentando por intermedio do presidente do estado de S. Paulo os autos de medição e plantas de uma área de terras devolutas a cuja demarcação procedeu para execução do contracto celebrado com este ministerio a 24 de outubro de 1890, do qual é cessionaria a Companhia Colonial S. Paulo e Paraná.—As medições a que se refere o contratante não estão no caso de ser approvadas, pois que, já

tendo sido adquirido o territorio destinado a fundação do primeiro nucleo, a área em questão só pôde ser aceita para completar as propriedades particulares a que deve ficar adjacente, como estabelece a clausula IV do contracto, e depois de estarem esta previamente classificadas.

Dia 7

Grato da Silveira Bastos Varella pedindo augmento da gratificação que percebe como membro da commissão de tomada de contas dos engenhos centrais do 2º districto.—Será attendido para o futuro exercicio, si forem avante as concessões existentes.

Engenheiro civil José Estacio de Lima Brandão, pedindo por certidão a portaria de 1 de julho de 1890 que prorogou a licença em cujo gozo se achava, como chefe do trafego da Estrada de Ferro do Sobral.—Passe a certidão requerida.

Brazil Great Southern Company, limited.—Complete o sello dos estudos, afim de serem decididamente rubricados.

Antonio Garcia de Miranda, ex-ajudante da delegacia da Inspectoria Geral das Terras e Colonisação no estado do Rio Grande do Sul, pedindo autorisação para continuar a contribuir para o montepio.—Deferido.

Ministerio da Instrução Publica, Correios e Telegraphos

REQUERIMENTO DESPACHADO

Lauro Gentil Gomes Candido.—Requeira ao director da Faculdade de Direito de S. Paulo.

REDACÇÃO

A velhice

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. JAMES CRITCHON-BROWNE. MEMBRO DA SOCIEDADE REAL DE LONDRES, NA REABERTURA DA ESCOLA DE MEDICINA DA UNIVERSIDADE DE VICTORIA

Desejaria fallar-vos da velhice, e comquanto, á primeira vista, este assumpto pareça não dizer-vos respeito de modo immediato, a vós em plena mocidade, mereço, entretanto, seria consideração, porquanto um dos grandes fins da vida é poder cada qual attingir idade avançada, e prolongar a existencia dos nossos semelhantes.

A impressão geral, na actualidade, é que a velhice é bem dividida. Entrelinhados que de tempos a tempos apparecem nos jornaes annunciam que uns dez ou doze velhos cuja morte é publicada, reunidos ultrapassaram o total dos annos legendarios de Mathusalém, e o decrescimento notavel da taxa da mortalidade na Inglaterra e no paiz de Galles, observado nos ultimos trinta annos, propagaram a crenga (que os optimistas deram-se pressa em acorçoar) que caminhamos para uma nova era de saude e longevidade. A diminuição da taxa da mortalidade neste paiz é facto incontestavel e animador. O novo recenseamento, todavia, indica que esta redução não é tão consideravel quanto nos permittiam esperar os calculos baseados sobre a população, apezar de que seja entretanto consideravel e digna de nota. Os progressos na drenagem do solo e na arte de edificar, a vaccina obrigatoria, o azeite tendo-se tornado muito mais commum, quer se trate do individuo, da familia, ou da communa, as exigencias sanitarias melhor observadas, e a fortuna accumulada da nação permittindo um ideal de vida mais elevado, tiverem como resultado salvar crecido numero de existencias. Cumpre, entretanto, assignalar que esta economia de vidas refere-se principalmente á primeira parte da existencia. Foi nos recenseamentos, nas crianças e na mocidade que deu-se esta grande redução da mortalidade, e que nas pessoas de idade média, a redução foi relativamente insignificante. Não vos fatigarei com a leitura dos quadros esta-

tisticos que preparei. mas diz-vos-hei, em resumo, que, desde 1859, o decrescimento da mortalidade foi de 17,6 por 100 para todas as idades inferiores a 55, e apenas de 2,7 por 100 para as idades superiores a essa.

O decrescimento principal foi observado nas idades inferiores a 35 annos; depois dos 45, o decrescimento é insignificante, e de 65 a 75, houve, na realidade, augmento na taxa da mortalidade.

E' incontestavel que a velhice vae-se encurtando lentamente, e que o augmento da mortalidade nas idades mais avançadas não pôde ser explicado pela diminuição da mortalidade durante a mocidade, suppondo mesmo que os sobreviventes tornam-se mais delicados. Os especialistas em estatisticas nos dirão que são as existencias mais preciosas—as que tem mais dilatada perspectiva de vida e de actividade productiva—que salvam-se; mas esta opinião pouco lisonjeira aquelles que, como eu, ultrapassaram o zenith, e talvez concordareis comigo que não é satisfactorio de encontrar em nossa população enorme augmento de crianças, meninas, moças e mulheres sem augmento proporcional no numero dos adultos, das matronas vigorosas e dos veteranos respeitaveis.

Mas as matronas e os veteranos—elementos de que se trata—aproveitaram, ao mesmo tempo que a mocidade inexperiente destas condições sanitarias e sociaes aperfeçoadas, as quaes attribue-se a redução da taxa da mortalidade. As febres, a variola e a tísica foram, nos ultimos annos, menos fataes á velhice do que outr'ora, e si a mortalidade correspondente a estes males diminuiu emquanto elevava-se a taxa geral da mortalidade, é evidente que a mortalidade devida a outra molestia qualquer forçosamente augmentou de modo a compensar esta diminuição, e a explicar a elevação da taxa geral da mortalidade.

Quaes as molestias que se tornaram mais frequentes e mais fataes nos ultimos annos, e por cuja causa diminui o numero de pessoas que podiam esperar attingir a velhice? Para responder minuciosamente á esta pergunta, deveriamos entrar em longas explicações; bastará, porém, para o fim a que me proponho indicar tres ou quatro dessas molestias, ou grupos de molestias, cuja mortalidade tem crecido enormemente. O cancro ceifou em Inglaterra e no paiz de Galles 35.654 vidas, no periodo decorrido de 1859 a 1863, mas victimou 81.620 nos annos de 1884 a 1888, sendo a proporção de obitos de 354 por milhão durante o primeiro periodo, e de 585 por milhão durante o segundo, e os sete oitavos das victimas do cancro constavam mais de 45 annos de idade.

As molestias de coração mataram 92.181 pessoas nos cinco annos de 1859 a 1863, e 224.102 de 1884 a 1888; a proporção foi, pois, no primeiro periodo, de 915 por milhão, e de 1606 no ultimo periodo, sendo maior a mortalidade nos individuos de mais de 35 annos.

As molestias nervosas victimaram 19.600 pessoas, de 1864 a 1868, e 260.558 no periodo de 1884 a 1888; a proporção dos mortos foi, no primeiro caso, de 1.585 por milhão, e, no segundo, de 1793, o augmento de mortalidade deu-se nas pessoas de mais de 35 annos. As molestias dos rins mataram 23.150 pessoas de 1859 a 1863, e 61.375 de 1884 a 1888, a proporção de mortes no primeiro periodo quinquennial foi de 230 por milhão, e no segundo de 445, e sabe-se que estas molestias são tanto mais fataes quanto mais avançada é a idade dos individuos.

Pôde-se provar de modo concludente que o acrescimo da mortalidade nas molestias que enumerámos não deve ser attribuido á maior precisão no diagnostico ou á maior exactidão no recenseamento, porquanto seu augmento excede de muito a diminuição da mortalidade proveniente de todas as outras causas; achamo-nos, pois, em frente de um augmento real e não apparente, e não é difficil descobrir-lhe a causa. Todas as molestias ou grupos de molestias que citámos, pertencem á ordem das degenerescencias, e podem ser, na sua maioria, filiadas á usura e aos accidentes, aos attrictos e ao esforço da vida moderna. O cancro (quer seja considerado ou não como depen-

dente de um microbio) depende, na pratica, para seu desenvolvimento, da senilidade dos tecidos—isto é, das mudanças que a velhice produz nesses tecidos, e tudo quanto tende a apressar a senilidade, quer local, quer geral, tende a augmentar a predisposição para as molestias deste genero, cuja causa é que, tanto os homens como as mulheres, sob a alta tensão da civilização, envelhecem antes do tempo.

Eis porque o cancro, desconhecido entre os animais selvagens, mas frequente nos domesticados, espalha-se de modo prodigioso em nosso paiz. As molestias de coração são devidas a uma febre reumatismal que talvez encerre um elemento nervoso, ou então a perturbação funcional deste órgão produzida perpetuamente pela agitação, arrebatamento e excitação da vida moderna. «Ouso afirmar, dizia ultimamente um dos nossos mais distinctos pathologistas (o Sr. Coats, de Glasgow) que as forças constituintes do coração e das grandes arterias são os principaes factores da longevidade» e dali conclue que tudo quanto abala essas forças apressa a senilidade e encurta a vida. As molestias nervosas proveem em numerosos casos, da fadiga do cerebro e das occupações esgotantes que lhe são infligidas, assim como aos seus tributarios, na batalha da vida; e por se tornar cada vez mais violenta esta batalha mais rapidamente se multiplicam estas molestias. As molestias dos rins podem ser attribuidas a intemperança acorçoada pelas exigencias subitas e excessivas da vida moderna, ou aos pezares e ás decepções que a lucta pela existencia produz tão abundante nesse. A actividade e a mobilidade incessante tendem invariavelmente a destruir os corpos organisados, e uma das causas que mais communmente abreviam a duração da vida provem de um defeito de adaptação ás condições externas. A usura dos órgãos tendo como resultado a velhice precoce, é a explicação definitiva da maior mortalidade que observamos na segunda metade da vida; esta usura cumpre recordar, começa desde a *nursery*, graças ao regimen da concorrência sob que vivemos. A influencia da usura sobre o augmento da mortalidade nas idades avançadas torna-se muito evidente si compararmos a taxa da mortalidade, em diferentes idades, em uma população urbana, na qual domina a existencia em alta pressão, com a de uma população rural na qual a vida é comparativamente tranquillizada. No 8º districto de recenseamento da Inglaterra e do paiz de Galles, comprehendendo Lancashire e o Cheshire, as proporções do total dos obitos eram, nos tres annos de 1882 a 1884, de 85,9 por 100, abaixo de sessenta e cinco annos, e de 14,1 nas idades mais avançadas; entretanto, no 5º districto, comprehendendo o Wiltshire, o Dorsetshire, o Devonshire, o paiz de Cornouailles e o Somersetshire, era de 68,5 por 100, abaixo de 65 annos, e de 31,5 por 100 para as idades mais clavadadas. Dahi se conclue que, nos districtos dos campos o numero de pessoas que attinge a 65 annos é mais do dobro do numero de individuos que chegam a esta mesma idade nas grandes cidades; e levando em linha de conta que os mocos emigram para as cidades em maior numero do que os homens idosos, não se pôde deixar de concluir que as condições da vida nas grandes cidades, condições cuja usura é mais importante, não são favoraveis a longevidade. E como nossa população urbana cresce incessantemente com detrimento da população rural para obedecer a tendencias que o tempo só servirá para fortificar, é de prever que a velhice tornar-se-ha coisa rara neste paiz, a menos que se descubram novos meios para fazer cessar a degenerescencia.

A mesma influencia da usura sobre o encurtamento da vida nos fornece o quadro da distribuição da mortalidade entre os sexos. As mulheres, que ainda não tem que luctar com o esforço da concorrência tanto quanto os homens, attingem a idade muito mais avançada proporcionalmente a estes. Entre os centenários fallecidos na Inglaterra e no paiz de Galles em 1880, notavam-se 55 mu-

lheres, e apenas 21 homens, e entre as pessoas fallecidas de velhice no mesmo anno, 15.361 eram mulheres e somente 11.275 homens.

Temos que apresentar reflexões mais desanimadoras com relação a velhice, porquanto parece que, si esta phase da vida tem-se encurtado em uma das extremidades, naquella em que desejariamos vel-a dilatar-se, tem-se alongado em outra, naquella em que desejariamos vel-a abreviar-se.

Emquanto o augmento da mortalidade pelas molestias de degenerescencia diminue nossa perspectiva de gosar de robusta velhice, a frequência crescente de pequenas mudanças de ordem degenerescente activa augmenta a probabilidade de uma velhice prematura e de uma decrepitude que nos attinge no que se considerava outrora como a flor da idade. Homens e mulheres envelhecem antes do tempo. Os fallecimentos devidos unicamente a velhice encontram-se hoje entre os 45 e 55 annos de idade, e em grande numero de 55 a 60; houve redução na idade em que a atrophia e a fraqueza — um euphemismo para a «segunda infancia» atacam os que transpuzeram a metade da vida. A presbytia dos velhos, na qual os objectos approximados só podem ser vistos quando distanciados consideravelmente dos olhos, começa, em regra geral, segundo os mais notaveis ophthalmologistas, mais cedo que outrora. O Sr. Critchett diz: «Minha experiencia, que actualmente estende-se por mais de um quarto de seculo, induz-me a cre: que os homens e as mulheres necessitam hoje o auxilio de oculos em periodo de sua vida menos adeantado do que aquelle em que seus antepassados delles careciam.» Bem significativo é igualmente o aserto do Sr. Brailey, que «as pessoas que viveram por longo tempo em climas quentes, como o das Indias, tornam-se presbytas quatro ou cinco annos mais cedo do que outrora», porquanto a vida em um clima quente significa, na realidade, uma usura excessiva para um europeu. Outrora, a idade que carecia de oculos para ler era a de 50 annos; esta média, creio, baixou a 45.

Os dentistas nos informam que a reabsorpção dos alveolos dos dentes, que os abala e determina a sua queda, e enfim a perda dos dentes que, mais do que qualquer outra coisa, assemelha a velhice a infancia, dão-se agora muito mais cedo do que nas gerações precedentes, e os dermatologistas são unanimes em confirmar que a calvieie que o Sr. Lieving assegura atacar de preferencia aos individuos de temperamento nervoso e de espirito activo, mas de saúde geralmente debil, e da qual acham-se isentos os trabalhadores rurais de quasi todas as classes, começa agora muito mais cedo. Quanto a calvieie, o Sr. Brailey recorda-me que as crianças que foram victimas das ursas gritavam a Elyen: «Sobe, cabeça calva» este estado era tão raro, que tornou-se um insulto, enquanto actualmente quando muito dá lugar a alguma facecia.

A loucura senil, devida a atrophia do cerebro, ou a segunda infancia, é, tenho a certeza, muito mais commun do que outrora, e declara-se mais cedo; conheço poucos espectaculos mais tristes do que uma visita aos nossos immensos asyllos metropolitanos; entre os destroços de massas humanas que ali se acham reunidos, nota-se o numero descommunal de velhices precoces. E a melancolia senil que muitas vezes precede a demencia, porém que frequentemente estava no limiar desta, propaga-se entre nós de modo assignalado e victima numero sempre crescente de individuos que ainda não são velhos pela idade. O suicidio, em todas as idades, augmenta; elevaram-se em Inglaterra e no paiz de Galles, de 1.340 em 1.864 a 2.308 em 1888; a proporção de 64 por milhão elevou-se a 81; são mais frequentes, porém, depois de 45 annos de idade, e é entre 45 e 65 que augmentam mais rapidamente. E cumpre recordar que cada caso de suicidio representa grande numero de casos de melancolia bastante pronunciados para serem verificados, e numero extremamente elevado de outros casos de melancolia mais fracos dos quaes não tivemos conhecimento official. Estou persua-

dido que esta melancolia senil, estado fraco de depressão que não leva a loucura, mas que entretanto é morbilo, apresentando-se no momento critico da vida ou em sua proximidade, é enfermidade lamentavelmente espalhada, muitas vezes dissimulada, algumas vezes descoberta accidentalmente, e com mais frequência revelada ao pratico geral do que ao especialista. Crescido numero de homens que nos cercam apresentam seus primeiros cabellos grisalhos; nos negocios ou na vida social, tem physionomia risonha, mas são atormentados em sua solidão, durante as vigílias silenciosas da noite ou aos tenues clarões da alva, por um abatimento que mal podem explicar, ou que é baseado em temores que reconhecem não ter fundamento, mas que envenenam a existencia e algumas vezes a tornam quasi intoleravel.

(Continua)

Os aryas e os hindus

II

Dentre as especies que formam o genero humano, uma se destaca em rutila culminação tanto pela superioridade de sua intelligencia quanto pela correção e nobreza de seus traços physjonomicos. Originaria, provavelmente, da Asia Central ella se foi dirigindo para o occidente pelo norte da Africa e pela Europa até as regiões da America e hoje se achá derramada por quasi todos os recantos do globo. Concordam os sabios em reconhecer nesta especie quatro raças diversas, porque outros tantos são os seus idiomas primitivos, irreductiveis a uma só fonte commun; os bascos, os caucaseos, os semitas e os indo-germanos, também chamados indo-europeos e aryanos. Destes nos vamos agora occupar.

O Arya, o senhor, o guerreiro, o exo celso, o homem de pura estirpe, como diz a palavra, é o nome que melhor caracteriza essa nobre raça (1), que, oriunda, como se supõe, do Bolor-tag, na antiga Bactriana, veiu-nos trazer os fundamentos da nossa civilização occidental.

Compellida pelas invasões mongolicas e pelo acrescimo da população, fraccionou-se, abandonou a patria originaria e foi procurar em paizes mais vastos e menos explorados, campos e florestas onde derramar sua vida e sua cultura. Um contingente transmontou o Hindu-Koch e estendeu-se pelo Indostão ao longo do Indo e do Ganges. Outra porção mais consideravel espraçou-se para o poente pelas margens occidentaes do Aral, do Caspio e do Tigre, e dali, sempre acompanhando o curso apparente do sol, expedito diversos grupos colonisadores a conquista da Europa, contornando-a, penetrando-a por investidas successivas e por pontos afastados, pelos Uraes, pela cadeia do Caucaso, pelo Bosphoro, até domina-la enfim de um extremo a outro.

Não farei ouvido ao ruído erudito das discussões suscitadas pelas tentativas de localisar o ponto do orbe em que teve sua sede originaria a gente arya.

Antes convem que a estas paginas chegue o eco das duvidas e das hypotheses creadas pelos sanskritistas e indianologos.

Houve dentre elles quem se aventurasse a demonstrar que foram os europeus que colonisaram a Asia e não os asiaticos a Europa, e, para tal affirmar, bastou-lhe a existencia de alguns individuos de cabellos louros ao nordeste da India.

Feria tão de perto as nações mais communs de historia esta originalissima theoria que poucos se deram ao trabalho de refutal-a. Não me aprez acompanhar estes poucos.

(1) Non havi nome piu appropriato di quello di *ariana* per dinotare la società preistorica, da cui sonosi diramati i popoli della grande famiglia, che, alle origini dei tempi storici, già stenderasi d'all'Asia vagli estremi limiti dell'Europa occidentali. Troviamo quella parola così in Oriente nel sanscrito e nello zendico, come in Occidente e propriamente nell'Irlanda: (Marselli *op. cit.* pag. 238.)

Wheel-er inclina-se pela origem mongólica dos aryas e sustenta, em consequência, que o domicílio primitivo desse povo foram as immedições do Balkach.

Le Bon, declarando que as bases da theoria geralmente adoptada são muitíssimo frágeis por serem meramente linguisticas, e sem querer desenvolver uma hypothese nova, julga « mais provavel que os aryas são simplesmente os primitivos habitantes do Irã » (2).

Por sua vez, apoiando-se em argumentos linguisticos, o Sr. Vasconcellos Abreu suppõe provar que a Bactria (ou o Pamir) não pôde ser considerada como o cantão onde primeiro desenvolveu-se a familia indo-europeia. Como argumento principal affirma elle que os aryas não conheceram o *camello* sinão depois de estarem em contacto com os povos semitas; o que se conclue dos vocabulos *camelos*, *camelus*, *Kramela*, que, em grego, latim e hindu, designam o valido quadrupede de e rovas pouco elegantes, porquanto esses vocabulos todos são tirados de voz semitica, sendo aliás certa a existencia do *camello bactrianus* e do *camello* fossil no Hymalaia (3).

Não é minha intenção analysar estas opiniões diversas, algumas das quaes são ostensivamente fracas. Julgo a doutrina corrente a salvo de todos os ataques até agora dirigidos contra ella, e não descubro meliores títulos em nenhuma das theorias propostas para substituil-a.

Considerando, além disso, que é para o nosso assumpto de importancia somenos que esse povo tenha habitado originariamente as margens do Oxus ou planalto do Iran. O que é de interesse vital é que existam documentos litterarios dos descendentes dessa nobre-raça e que esses documentos nos ministrem informações e esclarecimentos sobre o periodo prehistorico que temos em vista descrever. Demos, assim, por discutido este ponto litigioso e passemos a examinar qual era o estado de civilização e quaes as instituições juridicas e sociais desses avoengos dos povos vencedores antes do momento da dispersão e logo após. Veremos em seguida as diversas combinações que elles originaram desde a India até a Irlanda e America.

Para reconstruir a vida dos aryas em suas manifestações mais variadas só temos a seguir o caminho da paleontologia linguistica e principalmente o estudo dos seus antigos cantores, os *richis*, que formaram o Rig-Veda e os outros poemas sagrados da India.

A reconstrução da vida baseada em dados exclusivamente linguisticos se funda este raciocinio: si os diversos ramos de linguas aryanas conservam concordemente certa raiz designativa de um dado objecto ou de uma idea determinada, é que essa palavra existia na lingua primitiva da qual todas se desprenderam por evolução. A philologia comparada é aqui o phanal que nos pode nortear, phanal perigoso, attenta a facilidade das corruções phoneticas e a consonancia de vozes que não tem o mais longinquo ligamen entre si, mas que pela similhança da pronuncia (ou sequer da orthographia) se affiguram parentas em proximo grau. Felizmente o sanskritto, a lingua perfeita, a lingua sagrada, juridica e litteraria, apresenta, mais do que qualquer outra, formas correctas e bem conservadas (4). Tomando-o por base e comparando-o com as outras linguas indo-europeas os idiomas aranianos, slavos, lethicos, germanos, celticos, o latim e o grego—chegavam os escavadores destas antigualhas a conclusões plenamente satisfatorias. A mim cabe apenas o mister de reproduzir, escoreando, os resultados de suas eruditas investigações.

E' no periodo neolithico que chegam á Europa as immigrações arycas. O estado dessas populações pre-aryanas, que alguns querem

que sejam os finos identificados com a raça de Furfooz, e os basicos assimilados á raça de Cro-Magnon era atrasadissimo. O uso dos góeões e agricultura lites eram desconhecidos nos aryas é que lites trouxeram essas industrias e os costumes pastoris.

E' incontestavel que estes civilisadores da Europa já tinham passado o periodo da pedra polida e haviam entrado francamente na idade dos metaes. Pictet nos garante que elles empregavam, em seus instrumentos e utensilios, o bronze, o ferro, a prata, o ouro. Prichard recusa-lhe o conhecimento do ouro e da prata, e Vasconcellos Abreu contesta Pictet sobre a affirmação dos aryas conhecerem o ferro: Le-Bon, porem, que estudou a civilização dos aryas nos contos vedicos, nos faz crer que tinha razão o venerando autor do ensaio de paleontologia linguistica sobre a origem hindueuropa ou dos aryas primitivos.

Eram elles, ao mesmo tempo, agricultores e guerreiros. Partilhavam a vida entre os labores do campo e o encarnicamento da guerra. Mas a agricultura não lhes era occupação exclusiva em tempo de paz. A pesca, a caça, e principalmente o apascoar dos rebanhos eram misteres em que apaziam-se a exercer suas faculdades. Acreditam os sabios que os montanhesez que ficavam mais para o oriente fossem essencialmente pastores e os habitantes da planicie, agricultores.

A arte de lavar a terra exercceu « uma poderosa acção civilisadora, como diz Marselli, porque gerou com a estabilidade, a propriedade, o trabalho e a industria. A' casa succede a aldeia, a esta a cidade; ao campo succede o districto, o paiz; á familia succede a tribo, a nação » (5). Foi ella a base da civilização arycana, creando sua organização especial da familia, afficando, de um modo decisivo, a indole e os costumes desse povo.

Estabelecida a agricultura, as terras tomam um valor anteriormente desconhecido, o homem se lhe affeição pelo trabalho que sobre ella o prende e pelos fructos que ella lhe prodigaliza. Os limites se traçam para isolar as diversas porções de terra agada por cada familia e a propriedade vae tendendo a se especialisar, a tornar-se pessoal, exclusiva.

Ainda na epoca vedica a familia era base unica da organização social dos aryas, (6) da familia passava-se á nação ou, melhor, á raça, porque os grupos familiaes não estavam unidos pelo vinculo governamental. A familia, tendo por chefe o pae e por subordinados os descendentes dos diversos graus, por sua vez tornados progenitores ou não, formara o *clan*, o que mais tarde se chamara a *gens*, pequena sociedade rudimentar e despotica reunida em um aldeamento e deliberando em conselhos ou assembléas.

A familia e a raça eram para elles um culto e tão arraigado foi que passou extremo para os hindús, os gregos e os romanos. « Para o arycano, escreve o douto Le-Bon, todas as felicidades terrestres e eternas decorriam de uma familia unida, prospera e numerosa. As alegrias do lar domestico lhe pareciam incomparaveis. Não cessavam de cantal-as, e quando queriam pintar a gloria ou a felicidade dos proprios deuses, só sabiam tomar suas imagens na belleza e na felicidade da esposa, no poder do pae, em sua magestade de sacerdote, na graça e submissão dos filhos. » (7)

O que os descendentes dos aryas não souberam conservar foi, em tão alto grau, o respeito e a consideração de que gozavam, entre ellas, a mulher quer fosse no angusto aspecto de mãe, quer na qualidade de esposa quer na de irmã e filha.

(5) N. Marselli—op. cit. pag. 245.

(6) Parece, contudo, em uma época remotissima os aryas passaram pelo communismo das mulheres, não fazendo excepção ao principio da evolução da familia reconhecido pelos sociologos e ethnologos. Ha uma phrase do Mahabharata em que se diz que as mulheres de todas as classes são communs sobre a terra.

(7) De-Bon—op. cit. p. 254.

Entretanto, seja dito em honra dos hindús! que foram elles os que melhor souberam guardar os restos destas tradições cavalleirosas de seus ascendentes.

Nos vedas, é sempre com enthusiasmo que se fazem referências á mulher. Não são raros os tractos como este:

« Vem, oh bella esposa! oh desejada dos deuses! mulher de coração terno, de olhar encantador, boa para teu marido, boa para com os animaes, destinada a procrear heroes. »

São muito conhecidos os seguintes preceitos do codigo de leis hindús. — « Não se bata em uma mulher, embora tenha commetido em faltas, ainda que seja como uma flor. A mãe é mais do que mil paes, porque produz e nutre o filho em seu seio: eis porque a mãe é digna da muita veneração. » Mas, a par destas palavras de fina cortezia, deparamos nas leis da India muitas expressões significativas da inferioridade da mulher. « Que ella não entre no leito, diz a lei, com os pés não lavados; que não entre nua, nem manchada, nem deixe de saudar os pés de seu marido. Deve falar com affecto á seu esposo, não ficará sentada quando elle estiver em pé e não tomará logar acima delle. Deve lavar-lhe os pés, abanar-o com a ventarola e enxugar-o, quando elle sentir calor » (8).

Não antecipemos idéas, porém, e continuemos a expor quaes eram as condições da familia arycana. Seja dito apenas que o germen plantado pelos aryas não feneceu de todo e a mulher ha de ser reverenciada em Athenas e em Roma.

O casamento era livre, a mulher, em geral, não era constrangida a casar-se com quem não fosse de seu agrado. Contudo é forçoso que façamos algumas reservas ao apaixonado idyllo de Pictet, e admittamos certas violencias proprias aos povos infantis. A cerimonia do consorcio era acompanhada por solemnidades religiosas com orações e sacrificios, tal como vemos-a ainda descripta no Rig-Veda.

Effectuado o matrimonio o homem torna-se o chefe da sociedade domestica tendo uma autoridade absoluta sobre os filhos. Si envelhece e com a idade se torna incapaz de lutar pela vida, seus filhos e seus netos incumbem-se de sustentá-lo, sem que pensem jamais em subtrahir-se a esse dever que se pode chamar religioso.

Quem longe estamos já dos tempos em que o selvagem apressa a morte do velho decrepito que se torna um fardo pesado e inutil! Quam longe dos tempos em que uma bastonada sobre a cabeça encanecida do ancião valetudinario era a demonstração mais elevada da piedade filial!

Mui cedo ainda a humanidade operou essa revolução em favor dos homons idosos. Por sua sciencia da vida, por sua experiencia robustecida e comprovada pela successão dos annos, mereceram elles o respeito e a veneração dos jovens.

Suas opiniões se impunham com uma força authoritative irresistivel, imperavam como decretos.

Sumner Maine explica perfeitamente essa transmutação de idéas. Nas sociedades em que a arte da escripta não existe ou é a partilha de poucos, a prolongação da vida torna-se o meio quasi exclusivo de entesourar a experiencia e quanto mais ella perdurar tanto melhor será o cabedal accumulado. « Isto, diz elle, parece explicar, do melhor modo a immensa autoridade que as sociedades, na infancia da civilização, outorgam as assembléas dos velhos independentemente de sua força physica ou de sua bravura militar. Ella surgiu no seio das sociedades que não possuíam escriptos para instruil-as o que tinham consciencia de que a importancia das artes necessarias á sua propria existencia estava fóra de toda a proporção com a brevidade me-

(8) Apud Michelet—*Les origines du droit français cherché dans les symboles et formules du droit universel*, Paris 1837, pag. 15 a 19.

(2) Le-Bon: — *Les civilisations de l'Inde* — Paris — 1887 pag. 252.

(3) Vasconcellos Abreu: — *Sobre a sede originaria da gente arycana*. Coimbra, 1878 pag. 11.

(4) Abel Hovelacque—*La linguistique*, troisième édition. Paris 1881—pag. 207.

dia da vida.» Os arya já estavam muito cultu-
rados para não terem ainda atingido a esse
período.

Em torno à família viviam os servos e os
escravos. Estes últimos eram os prisioneiros
de guerra poupados à morte pelos interesses
economicos do vencedor e conservavam o
nome de inimigo ou de bárbaro.

A expansão da família formou o clan ou a
comunidade. Não chegou, porém, entre os arya
a formar uma organização governamental su-
perior, uma unidade monarchica. Já se ti-
nham elles disperso e aspillado pelas avidas
regiões do Panjab cortadas pelos cinco rios
que vão ter ao Indo, e da família, do *clan*,
não haviam se erguido a uma associação mais
vasta e mais forte.

Possuam, no entanto, uma rudimentar or-
ganização judiciaria, para reprimir o crime e
para regular as relações individuais, com
appareatos cerimoniaes de testemunhas, ju-
ramentos, sentenças e punições. Marselli ob-
serva que certas particularidades do juizo de
Deus (ordalia) são communs aos hindus e aos
germanos, o que parece indicio de sua existen-
cia entre os arya primitivos.

A forma destes julgamentos primitivos não
nos é conhecida de um modo directo, mas, pelo
que sabemos do direito processual primitivo,
podemos affirmar que elles se concluíam de
modo simplissimo. Os contendores allegavam
de viva voz suas razões e o patriarcha, o chefe
da família, resolvia de modo soberano em pri-
meira e ultima instancia. As partes submet-
tiam-se, porque a família, o *clan* mesmo pre-
stavam mão forte a essas sentenças creadoras
do costume juridico, cuja necessidade para a
conservação de todos e de cada uma era como
que instinctivamente reconhecida.

Os juizes arya não tinham leis escriptas a
applicar em seus julgamentos e nos primeiros
tempos nem tiveram costume a que se con-
formar, porque justamente suas sentenças ge-
neralizadas é que constituiram o direito con-
suetudinário. A experiencia, porém, pois que
eram anciãos, lhes esclarecia a razão indicando
onde estava o interesse social conjugado com
o particular, e quando era preciso sacrificar
este áquelle. Muitas outras vezes os princi-
pios religiosos lhes haviam de dar natural-
mente a solução conveniente. Ainda a reli-
gião apoderava-se das sentenças proferidas
por outros quaesquer fundamentos, cerce-
avam-as de respeito, faziam-as perdurar e
transmittiam-as á posteridade, contribuindo
assim poderosamente para a integração e con-
solidação do direito, pela criação da norma
obrigatoria garantida pela collectividade, que
se sente viver por força della.

A propriedade immovel, isto é, os campos de
pastagem e de cultura, assim como os bens
immoveis, que eram os rebanhos e as colhei-
tas, não pertenciam individualmente a cada
membro da família ou do *clan*, mas sim á
communhão.

A tendencia á individualização da proprie-
dade, porém, se foi accentuando á proporção
que desaparecia a necessidade urgente de
defendê-la a todo momento e que se desen-
volvem a industria agricola de modo que, em
breve, so os campos de pastagem se conserva-
ram indivisivos.

A divisão do trabalho, a especialização das
funções, que se accentua, á proporção que a
sociedade se desenvolve, havia feito surgir
em muitas especies de contractos creadores do
direitos. O commercio tomou impulso produ-
zindo a desigualdade das fortunas e a neces-
sidade da troca de serviços a par da troca das
mercadorias. Elle criou a distincção entre o
rico e o pobre, mas, em breve, a indole bon-
dada dos arya inventou uma virtude en-
deusada nos Vedas, cujo mister é soterrar o
abyssmo da pobreza cavado pela disidia ou
pelo infortunio. Refiro-me á *caridade divina*
e beneficente que é uma patria do sacrificio
como ensinam os livros santos da India.

A successão intestada era conhecida pelos
arya quer para os bens de fortuna quer mes-
mo para as funções. Encontram-se nos hym-
nos sagrados a que me tenho referido, allusões
neste sentido que põem fóra de duvida o que
affirmo.

São estes costumes e os germens de uma
vigorosa organização social e de importantes
institutos juridicos que os arya vão levar
para a Grecia, para a Italia, para a Europa
central e para a India.

Acompanhemol-os, em primeiro logar, em
suas incursões pela península indostanica,
desde as planicies do Pandjaq até a foz do
Ganges e do Brahmaputra. Ahí seus vestigios
são mais visiveis, porque, estão religiosamente
conservados em livros sagrados e
porque a evolução no oriente ainda não se
alongou tanto quanto no occidente das insti-
tuições primevas.

Os hindus do periodo vedico e brahminico

III

O grupo de homens de tez branca, fronte
erguida e vasta, fallando a lingua arya origi-
nadora do sanskritto, que descera as mon-
tanhãs da patria, dirigindo-se para a penín-
sula do Indostão, avançara pelo valle arenoso
do Indus e, combatendo as populações indige-
nas, recalcando-as para o vertice do triangulo
peninsular e para Ceylão, se alongara pela
bacia sagrada do Ganges até alcançar o Bra-
hmaputra.

Ahi, conservando o asservo das tradições
bebidas na patria originaria, foram esses in-
vasores se desenvolvendo e progredindo, mas
tão lentos em sua evolução e tão pouco
perturbados por influencias estranhas que
sua lingua, seu direito, seus monumentos
são os documentos mais valiosos e as
informações mais puras que nos restam de
seus progenitores, os arya.

A adoração das forças da natureza, o
culto dos antepassados, consolidando a organi-
zação da família, os direitos superiores do
pai sob cujo imperio se constitue o *clan*, os
tribunaes domesticos, instituições que cara-
cterisam a raça, ahí se mostram de um modo
vigoroso, como nol-o attestam os Vedas.

O que ficou dito no capitulo anterior sobre
os conceitos e institutos juridicos dos arya,
me dispensa de fallar mais detalhadamente
dos hindus no periodo vedico. E' o mesmo povo
transportado, de pouco, para uma patria de
eleição, conservando os mesmos costumes de
um modo quasi inalteravel durante um longo
percurso de annos. E' o mesmo direito, é a
mesma ethica sem que se possam ainda apor-
tar as influencias do novo *habitu* nem dos
contactos amistosos ou hostis com os povos
visinhos.

Seu direito é o que tentou descrever o ca-
pitulo precedente, sua moral apenas havia
traçado as normas reguladoras da distribuição
das esmolas aos pobres, da affeição para com
os animaes, da fidelidade e poucas mais.

E' quando vencendo as populações indige-
nas, este povo se assenhorea do Indostão,
concentrando-se para o norte, que se accen-
tiam certas modificações ethico-juridicas que
apenas se esboçavam no periodo vedico, e que
novas creações reguladoras da vida social vão
apparecer. Começa então o periodo brahmi-
nico, segundo a divisão historica de Gustavo
Le-bon que merece plena acceitação.

O codigo da Manu (1) vai ser o nosso guia
principal nesta historiação do direito hindu.
E' justo que antes de abri-lo saihamos o que
vem a ser este celebre tratado juridico-religioso
que os hindus collocam entre seus li-
vros sagrados.

Suppoz-se a principio que Manu havia re-
digido seu corpo de leis em um tempo remoti-
ssimo. Em 1280 antes de Christo pensava

(1) Manu; segundo a mythologia indiana é
uma das emanções do ser supremo. Sua codi-
ficação ou compilação de leis corresponde a
uma época relativamente recente do direito
hindu. Foi com a diffusão da arte de escrever e
com sublevação dos povos contra o despotis-
mo das aristocracias depositarias da sciencia
do direito e das formulas processuaes que,
segundo Maine, appareceram os primeiros
codigos de leis, cujo typo mais perfeito é a
lei das *dose taboas*. Antes de ser codifica-

William Jones. Muito recuada pareceu esta
data aos modernos pesquisadores que não
acham prudente discrepar da opinião de Max
Muller, que marca o segundo seculo anterior
à nossa era para a confecção do codigo em
questão. O Dr. Burnell afasta essa época para
mais dous seculos além, mas acredita, com
Solly e S. Maine, que successivas alterações
se foram enxertando no livro original, a pon-
to de transformal-o em todas as suas partes.
A forma actualmente conhecida, pensa
Nelson, deve datar do seculo XI ou XII de nos-
sa era. (2).

Outros livros de direito hindu são mais
antigos do que elle, muito embora não pos-
sam se avantajarem em celebridades. São
elles o Apastamba e o Gautama. Entretanto
com os commentarios e modificações que
foram creando os brahmines em torno do
nucleo primitivo, torna-se a codificação
denominada de Manu, o monumento fun-
damental da jurisprudencia hindu que de-
via ter vigorado no periodo que agora
occupa a nossa attenção, minha e dos leito-
res que commigo aprazem nestas indagações
de archeologia juridica.

Corresponde a codificação de Manu a esse
periodo em que os povos sentem a necessidade
de reduzir seus costumes juridicos a escriptos,
mais fieis em conservar as normas da lei do
que a memoria enfraquecida ou interessada
dos velhos juizes. A lei das *dose taboas* passa
pelo mais bello e melhor acabado especimen
das tentativas desse genero, e com elle o co-
digo indiano offerece muitos pontos de simi-
lhança.

Sumner Maine assim se expressa a respeito
delle: « Bem que encerre muito direito, é
Manu essencialmente um livro de ritual, de
deveres sacerdotaes e de observancia reli-
giosa » Mas além accreenta: « o direito
codificado de Manu é de seus glossado-
res,— abraçava, originariamente, um com-
plexo de usos muito menor do que se suppoz,
visto como essas regras de direito costumeiro,
uma vez confiadas a escripta, foram alteradas
pelos commentadores brahminicos, que viola-
vam-lhe constantemente o espirito e, ás vezes,
até a letra.

Pôde-se affirmar que no fundo, o direito
hindu se compõe de um grande numero de
costumes leaes e de uma serie de costumes
escriptos com preceções a uma autoridade e
mais divina que o resto. » (3)

Dito, em poucas palavras, o que é o codigo
attribuido a Manu, sem mais delonga, veja-
mos que informações nos ministra elle em re-
lação á vida juridica da época dos brahmi-
nes, tendo sempre em vista quaesquer outras
fontes ou documentos congeneres.

O primeiro facto que na civilização pro-
pria da India solicita a attenção do estu-
dioso é a divisão da sociedade em castas com
direito e deveres especiaes. Não é que outras
civilizações desconhecem esse systema de
estratificações sociaes pois no Egypto, em Ba-
bylonia e um pouco por toda a parte, é facil
encontral-o. Mas na India elle tomou um de-
senvolvimento, uma consistencia e uma im-
portancia para as relações juridicas e moraes
como não se observa em outro qualquer ag-
regado social.

Duas causas principaes determinaram o
regimen das castas, na India, como nos demais
paizes onde ella existiu. A primeira é a di-
visão hereditaria dos officios. O filho é obri-

do, o direito dos povos era todo costumeiro,
sendo suas normas e praticas exclusivamen-
te confiadas á memoria dos velhos, dos
sacerdotes, que formaram, desde logo, uma
oligarchia, monopolizando o conhecimento
das leis, principalmente das leis de pro-
cesso. Esses costumes juridicos por sua vez
havião sido formados pelas sentenças dicta-
das aos juizes, pela divindade, as *themistes* ou
dike dos helenos que havemos de melhor co-
nhecer quando estudarmos o direito desse povo
glorioso.

(2) Veja-se—II. Sumner Maine—*Etudes sur
l'ancien droit et la coutume primitive*. Paris
1884, pags. 20 e 21

(3) II. Sumner Maine—*Op. cit.*—pags. 12 e 13.

gado a seguir a profissão do pai. A segunda é o instinto commun dos povos primitivos que o afasta—de enlances perturbadores de suas crenças, e costumes de seus antepassados. Para revigorar esta segunda causa levanta-se poderoso e dominante o culto dos antepassados, tão profundamente emboldado nos animos hindus. Le Bon julga-se habilitado a suppor que os arianos sabiam « que os invasores são rapidamente absorvidos quando se unem com o povo invadido e desaparece depois de algumas gerações sem deixar vestígios, e que na reunião do homem e da mulher, quando ha uma grande desigualdade entre os dous typos, os filhos são sempre de um tyo médio physico e moralmente inferior. » (4)

E' duvidoso o conhecimento dessas verdadeas ethnologicas por parte dos arianos, e não devemos tomal-o em linha de conta, quando nenhum documento nos autorisa a garantir que tivesse existido. O que se pôde afirmar com segurança é a existência daquelle instincto de afastamento que actua como uma força centrífuga entre as classes sociaes e entre os grupos ethnicos, instincto aliás não tão inflexivel que não deixe eliminar-se uma vez por outra.

As castas, indianas eram: a dos *brahmanes* ou sacerdotes; a dos *kehatryas*, senhores ou guerreiros; a dos *vaisyas*, agricultores, e negociantes; e a dos *sudras* cuja função precipua era a de servir as outras classes.

E' o broto vil que germinou na planta dos pés do Creador soberano do mundo. O brahmane que tem de ensinar os Vedas e dirigir os sacrificios nasceu da bocca divina; do braço nasceu o Kehatrya valoroso que tem por dever patrocinar a causa do povo e effectuar os sacrificios que ao brahmane cumpre dirigir; o vaisya surditi da coxa de Brahma: coube-lhe em partilha o amanho das terras, o cuidado dos gados, commerciar, emprestar a juros.

A casta dos brahmanes está em uma esphera superior. Falla o código de Manu. «O brahmane, ao nascer, está collocado na classe mais elevada deste mundo; senhor soberano de todos os seres, lhe cumpre velar pela conservação do thesouro das leis civis e religiosas. Um brahmane, só por seu nascimento, é um objecto de veneração até para os deuses, e suas decisões são uma autoridade para o mundo; é a santa escriptura que lhe dá esse direito. Tudo o que este mundo encerra é de alguma sorte, propriedade do brahmane; por sua primogenitura e por seu nascimento eminente, tem direito a tudo o que existe. Um brahmane, si a necessidade o surpreheender, pôde, com toda a segurança, se apropriar do bem do sudra, seu escravo, sem que o rei deva punil-o; porque um escravo nada possui que lhe pertença exclusivamente, e de que seu senhor não se possa apoderar!!»

O brahmane, ainda convencido de homicida, está isento da macula do crime. Não está sujeito a pagar impostos. Si for um scelerado que haja commettido as mais atrozes abominações, porque, afinal, as naturezas divinas teem, por vezes, dessas aberrações, que o exilam, que o assignalam com uma tonsura ignominiosa, mas não punam de morte o Brahma que é a porção mais nobre do corpo de Brahma.

A separação entre as tres castas superiores não é tão profunda como por muito tempo se suppoz. Manu apenas reprova e pune o concubio entre o brahmane e uma sudra. E sir Henry Maine diz que a palavra *casta* é simplesmente um nome para designar tal ou qual genero de commercio ou de occupação e que o unico effeito material da theoria brahmanica é crear uma sanção religiosa para applical-a á distribuição primitiva e natural das classes» (5) Estas palavras se referem á actualidade e mostram que a divisão das castas tende a ser substituida pelas classes sociaes, como acontece por toda a parte com o evoluir da organização social. Porém, mesmo na antiguidade, entende o douto archeologo do direito que a

theoria brahmanica das castas superpostas não teve a importancia que se lhe attribuiu nestes ultimos tempos.

O governo que no periodo vedico fora simplesmente patriarchal, estando a sociedade fraccionada em clans, tornou-se monarchico absoluto no periodo brahmanico. O rei é um representante da divindade. «Não se deve desprezar um monarcha, diz a lei de Manu, ainda mesmo na infancia, dizendo que é um simples mortal, pois que é uma divindade que reside nessa forma humana.»

A monarchia, apezar disso, era sempre mitigada pela bandura natural dos costumes. Os brahmanes, conselheiros natos do imperante, viam nelle um sustentaculo de suas prerogativas sacerdotaes e os kehatryas de cujas classes havia elle sahido, o consideravam como seu companheiro de armas, o seu general.

O gravame dos impostos cabia sobre vaisyas que, se possuíam e cultivavam as terras, essas não lhe pertenciam propriamente, mas sim ao Estado; si commerciam e criavam os gados era principalmente para o correrim ás despesas com o exercito e com as grandes construcções publicas. Empregados especiaes eram distribuidos pelo paiz para arrecadarem as contribuições de accordo com os productos realizados.

As usurpações eram frequentes e o respeito incondicional por quem quizer que cingesse a coroa e empanhasse o sceptro real, excitava a audacia dos sicarios aventureiros.

O rei se precaviam contra os punhais prestes a feril-o a cada momento, isolando-se em seus palacios, onde só pernoitavam suas mulheres, mudando constantemente de leito e evitando a embriaguez que tolde a dureza do espirito.

A diplomacia erguen principos que se podem considerar imaginados por um precursor de Machiavel. Ei o conselho que a lei dá ao principe: «Que elle attraia a seu partido os que podem secundar seus designios, como os parentes do principe inimigo tendo pretensões ao throno, ou os ministros descontentes, que se informe de tudo o que elles fazem; e, quando o céo se mostrar favoravel, combata, então, para fazer conquistas livre de todo o temor.»

Em um governo assim constituido, incumbem ao rei administrar a justiça, mas como os brahmanes eram os verdadeiros conhecedores das leis sagradas, dos costumes, como eram elles os conselheiros e sustentaculos da monarchia, quasi sempre o rei lhes confiava essa ardua missão. O brahmane, para melhor averiguar os fundamentos e as circunstancias accessorias da *lex sub iudice*, acompanhava-se por dous assessores. E o rei, querendo, podia chamar um interprete da lei escolhendo-o, tanto na classe dos sacerdotes, quanto na dos kehatryas ou mesmo na dos vaisyas. Somentes os sudras não podiam desempenhar essa inubeneicia altamente importante para a effectividade do direito.

A prova testemunhal e o juramento eram as bases mais solidas em que se apoiava a justiça hindu para chegar ao conhecimento da verdade.

As testemunhas deviam ser «homens dignos de confiança, conhecedores de seus deveres, e isentos de culha.» Também não se deve tomar para testemunhas homens ligados pelas relações de amizade, de familia, de subordinação nem tão pouco os inimigos e os que tinham com o accusado qualquer laço de interesse pecuniario. Si, porém, tratava-se de um crime grave, como eram para os hindus a violencia, o roubo, injurias, adulterio, assassinatos de brahmanes e kehatryas, o julgador não devia ser muito exigente em relação á competencias das testemunhas.

O juramento variava com as ordens de individuos e com os casos em questão. O brahmane devia jurar *por sua viraculade*; o kehatrya, por seus corceis de guerra, seus robustos elefantes e suas armas gloriosas pelas muitas batalhas em que reluziram ao sol; o vaisya, por suas vaccas, suas colheitas e seu

ouro. A todos o juiz lembrava seus interesses mais intimos e mais valiosos para sua existencia e de classe. O sudra, como não tinha interesses attendiveis, jurava pelos crimes.

Em casos de grande importancia, o juiz recorria ao juizo do Deus, mandando ao casado apanhar fogo com a mão, ou mergulhar em agua ou tocar na cabeça de seus filhos com o dedo. Si o brazido re-queitava a mão afouta que o affrontava, si o nadador não se deixava engolir pelas aguas ameadoras, si ao contacto do accusado não apparecia suillamento uma d'sgraça, então seu juramento podia ser acceto como verdadeira.

Essas accões eram sempre summarias, sem delongas. Mas, não crimes hindus dessa epoca de indole demandista. Para cobrança de uma divida ou para conseguir o cumprimento de qualquer obrigação, recorriam elles de preferencia aos pedidos á intervenção dos amigos, á importunação, á detenção da mulher ou dos filhos do devedor e finalmente ás vias de facto. O devedor, por seu lado, pedia extingir a obrigação contrahida por um arranjo, uma combinação que lhe fosse mais vantajosa, além do que ao contracto celebrado sempre era marcado o prazo de dez dias para se reconciliarem amavelmente. Da só depois de esgotado esse prazo que os actos se toavam iure iuris e proprios á fundamentar os direitos das pretuantes.

Os principais crimes eram punidos de modo diverso, conforme se tratava de uma ou de outra casta. Os crimes commettidos por um brahmane mereciam uma punição mais branda em attenção á dignidade sacerdotal. Reformasse pois ás outras classes as penas comminadas aos delictos que vão ser indicados.

A mulher adúltera deve ser condemnada pelo rei, ao supplio dos crimes em uma praça publica. Seu corpo exposto a pna atrocidade barba de lapa em um leito de ferro candente e por entre dentes e erbas extinguir a vida me quina do D. Juan martyrisado. No entanto, attendendo á estas circunstancias, esses pnaes delictos da harmonia domestica serão somente mutilações e expulsoes do paiz.

Mas o legislador não desconhece a fragilidade do sexo feminino e sabe que a organização social o mantem muitas vezes, ou quasi, sempre em condições de favor para a sua honestidade pela vida. Exceção, porém, que o marido não se ausente por longo tempo, sinão depois de haver assumido a responsabilidade de uma familia, porque mesmo a mulher virtuosa, diz o sabio Manu, está exposta pela miseria, pôde commetter uma falta.

O rapto e o estupro eram também crimes capitales, por que a sociedade hindu, repousando sobre a familia, tinha o maximo interesse em evitar todos os actos contrarios á sua boa organização e perfeita segurança. Si o estupro era committido por um brahmane contra uma brahmana solteira, a pena era pagar 1000 *panas*; si era committido por um kehatrya contra pessoa de sua casta, a pena era a confiscção e a phalotomisação.

O homicidio era punido com a morte ou com a confiscção dos bens. Aos brahmanes, porém, não deve o rei applicar a lei com esse rigor; quando outros matarem a morte e a confiscção, basta ao brahmane uma expulsão do territorio nacional.

Para o furto e o roubo, as penas eram mutilação, o encarceramento e a multa.

Além destes e outros factos que cabem sob a acção da justiça repressiva confiada á realza, alguns ha que são delictos especiaes á classe despreziavel dos sudras. Si um d'elles parias tinha a osadia inqualificavel de sentarse hobreando com um brahmane, incorria em um crime abominavel ao olhos do legislador hindu, e tornava-se passivel da pena do banimento augmentada pelo furtivo do gnomia opposto sobre a auctoridade moral de um animal assignalado para attender o dominio de quem o domou e nem em.

Si o sudra levantava a mão contra um superior, que es a mão se a cortada, diz a lei; si atrever-se a desenrolar a pna, que se lhe corte a pna; si ultrajar a classe do superior um estyete ardente será mettido em sua lo-

(5) Le Bon—«Civilisations de l'Inde», pag. 230.

ca pecaminosa; por esse mesmo canal, orei mandará deitar oleo fervendo, si o servo lembrar-se de importunar o sabio brahmãne com seus conselhos.

Os vaisyas tambem tinham delictos especiaes, apesar de ser sua condição incomparavelmente superior à dos sudras. O agricultor, como não trabalhava por sua propria conta, mas por conta do rei, deve ser diligente e parcimonioso. Elle podia enriquecer, mas devia lembrar-se de que o rei é o proprietario soberano. Si por culpa sua os gados estragavam a herdade e os campos de lavoura, tinham que pagar uma coima igual à dez vezes o valor da parte da colheita que competia ao rei. O que vendia ou comprava em hora indebita ou que dava uma avaliação falsa à suas mercadorias para defraudar o erario real (que se nutria de impostos, como hoje) devia pagar oito vezes o valor do objecto.

O homicidio era justificavel quando commetido em acto de legitima defesa ou mesmo para impedir certos delictos (*mal maior*). Si o morto, porém, é um brahmãne, cumpre então fazer penitencia. Ainda é escusavel o homicidio quando recae sobre um grande criminoso (6).

Letourneau (7) resume a penalidade hindu do modo seguinte: *detenção*; multa, pela qual tambem responde o cantão onde foi commettido o crime; a *marca* na fronte, sempre indicando o crime que pune; a *fustigação*; a *confiscação dos bens*; os *trabalhos forçados*; o *exilio*; as *amputações*. Observa este autor que, um grande numero de delictos se expiando por multas, o caracter particular da legislação hindu é de ser fiscal. Observação verdadeira que se corrobora ainda pelo modo por que eram lançadas e cobradas as contribuições por parte dos exactores da fazenda real.

Pelo que já foi expellido pode ser deduzida a inspecção vexatoria, inquisitorial a que estavam submettidas as classes productivas, inspecção que se tornava mais penosa quando a tyrannia dos empregados do fisco se exaggerava em zelos para captar as boas graças do soberano e dos sacerdotes. O valor das mercadorias era regulado pelo rei de cinco em cinco ou de quinze em quinze dias conforme a qualidade do objecto.

O valor dos metes e os pesos e medidas eram exactamente determinados por elle, que de seis em seis mezes de novo os examinava.

O livro de Manu desce a dar conselhos e ordens sobre todos os assumptos relativos à vida do agricultor e do negociante, previne-lhe da necessidade de conhecer bem a qualidade dos terrenos e das mercadorias, de informar-se da alta e baixa dos preços de usar de precauções para conservar seus haveres e de esforçar-se para augmental-os de um modo licito e honesto, tendo sempre cuidado de augmentar convenientemente todas as creaturas animadas que estão sob sua guarda.

Em uma tal sociedade qual era a condição da mulher, qual a extensão dos direitos familiares?

No periodo vedico o pae é o chefe da familia, com uma autoridade soberana sobre todo o *clan*, mas seu poder era mais fundado nas affecções do que na coacção e não excluia a consideração da mulher que com elle partilhava as honras do sacrificio, nobre e respeitada directora da administração interior da casa.

No periodo brahmanico o direito da familia toma uma outra feição, menos poetica e menos patriarcal, embora conserve residuos indoleveis de sua forma primitiva.

A esphera da actividade feminina se restringe ao gynecen. Ter filhos, educal-os, cuidar

dos arranjos da casa, eis todo o circulo em que se tem de desenvolver a vida da mulher, que permanece perpetuamente sob a tutela do homem.

« A mulher, diz o codigo de Manu, está sob a guarda de seu pae durante a infancia, sob a guarda de seu marido durante a mocidade, sob a guarda de seus filhos durante a velhice; em tempo algum deve-se conduzir por seu arbitrio ».

Qual o motivo dessa modificação pejorativa da condição da mulher? A distincção das castas que pode ser annullada pela condescendencia ou leviandade do sexo affectivo? E' a opinião de Le Bon. « Como um novo principio fundamental foi estabelecido na base da sociedade: — a distincção absolutas das castas e a interdicção de toda confusão entre ellas, — a mulher, que, por sua leviandade, pode arruinar este principio; perdeu toda a sua liberdade ». (8)

Não duvido que a theoria brahmanica da divisão das castas influisse em ordem a cercar a liberdade de acção das mulheres, porém, me parece que a razão principal dessa limitação na personalidade feminina, dessa *capitis diminutio*, dessa pupillagem perpetua está na preponderancia do elemento religioso que, na India mais do que em outra parte, actuou poderosamente sobre o direito. Em todo o direito de familia hindu posterior ao periodo vedico, domina o elemento religioso. E' a elle que devem esses descendentes dos aryas o costume barbaro de sacrificarem as viúvas nos funeraes dos maridos. E' nelle ainda que se funda a crença da inferioridade e se poderia dizer da impureza da mulher. Na India, como na Persia, como na Palestina é sempre o mesmo facto a traduzir-se por preceitos cultuaes e juridicos similares.

Assim a mulher era uma companheira do homem, mas uma companheira subalterna. Ella não devia entrar no leito sinão depois de haver lavado os pés, recomendação hygienica e de acao que não podemos censurar aos velhos costumes indianos. Não devia tambem despir-se completamente para recolher-se ao leito e, antes de deitar-se, devia saudar respeitosamente os pés de seu marido. Durante os labores do dia, sempre que tivesse de dirigir-se ao esposo, cumpria-lhe usar de termos e modos affectuosos, não sentar-se quando elle estivesse de pé, não servir-se à mesa sinão depois que elle e seus hospedes se tivessem erguido.

Era ainda obrigação sua lavar-lhe os pés, enxugar-lhe o suor e abanar-o com o leque nas horas em que mais ardente se mostrasse o calor. (9)

Mas nem por ser inferior a mulher podia ser maltratada pelo marido. Uma sociedade que tem sua base exclusiva na familia necessita de consolidação pela força ou pelo amor, pelo imperio ou pela concordia. Os hindus procuraram um meio termo e o *Manava-Dharma Sastra*, à par daquellas prescripções rigorosas para a fraqueza feminina, estigmatizava aquelle que, abusando de sua superioridade physica, sevia a sua companheira cujo mister de dona de casa, de administradora do serviço domestico é considerado um sacerdocio.

« Por toda parte em que as mulheres são respeitadas, diz o livro sagrado, as divindades estão satisfeitas, mas, quando esse respeito não existe, todos os actos de piedade são estereis. Em toda a familia, em que o marido vive em boa amizade com sua mulher e a mulher com seu marido, uma felicidade eterna reinará. »

A's vezes a collecção de Manu exalta nesta thuriferção da mulher por tal forma que se reconhece logo haver naquellas paginas as contribuições de varios espiritos e compiladas em epocas diversas. Assim é que não parece se conciliar com certas imposições humilhantes para a mulher, o texto em que se pres-

creve aos filhos o respeito aos paes e aos mestres e que termina pelas palavras seguintes: « Um director espiritual é mais veneravel do que dez sub-praeceptores; um pae é mais veneravel do que cem directores espirituales e a mãe mais do que mil paes. »

Para que o respeito e a consideração acompanhasssem por todos os momentos a sociedade domestica, não queriam os hindus que o casamento fosse um negocio de conveniencia pecuniaria e sim a consubstanciação de duas almas pelo affecto reciproco. O pae não deve receber o mais insignificante presente para conceder sua filha em casamento, porque seria uma venda tacita que repugnaria aos descendentes dos nobres aryas. Preferiam elles conservar em casa as donzelas noveis e vel-as envelhecer a seu lado, a entregal-as a um esposo desprovido de boas qualidades. Si o anhelio das familias era a procreação da prole e augmento de seus membros, não queriam elles uniões menos dignas que viessem introduzir em seu seio os incapazes pelo menosprezo da honra civil ou militar.

Estas considerações e cuidados de que era cercada a mulher na familia, ao lado de seu rebaixamento na ordem civil e religiosa, explicam-se pela attenção devida à descendencia, que ha de brotar de seu seio fecundo e que ha de vir engrandecer e revigorar o *clan*. Essa descendencia é tão essencial ao casamento, segundo o pensar dos hindus, que a lei impunha ao varão o dever de dar posteridade a seu irmão si este não a tivesse deixado, ou mesmo a seu pedido estando elle ainda vivo, e permitia a substituição da mulher cuja esterilidade fosse verificada por oito annos de cohabitacão com o marido. E' a essa institucão que se deu o nome de *levirato*, um caso do que os hindus chamam *nizaga*. (10)

(Continua.)

(10) *Digest of hindu law*, II, 209, apud Michelet *cit.*, pags. 15 e 54. Em Athenas e em Israel encontraremos o mesmo costume. E, é preciso diz-lo, não era somente ao irmão ou aos parentes que o marido infecundo ia pedir para engrandar um filho em sua mulher. Muitas vezes o pedido era dirigido a um estrangeiro, mas nesse caso si o filho não é da raça do esposo, diz Gotama, pertencerá ao estrangeiro.

RENDAS PUBLICAS

ALFANDEGA DO RIO DE JANEIRO

Rendimento do dia 1 a 6 de	
março de 1892.....	1.483.931\$682
Rendimento do dia 7.....	268.822\$521
	1.752.754\$203
Em igual periodo de 1891....	1.219.316\$842

RECEBEDORIA

Rendimento do dia 1 a 6 de	
março de 1892.....	204.621\$308
Rendimento do dia 7.....	36.710\$538
	241.331\$846
Em igual periodo de 1891..	654.082\$905

NOTICIARIO

Telegrammas — Ao Sr. Vice-Presidente da Republica foram dirigidos os seguintes:

BELEM, 5 — Reina inteira paz no estado. As familias do Amazonas foragidas no interior regressaram à capital. O commercio e classes laboriosas estão satisfeitos e confiam no governo. Governo moderado providencia na manutenção da ordem. — José Ignacio Boryes Machado.

S. PAULO, 6 — Felicito a V. Ex. pela brilhante e merecida manifestação de apoio que recebeu do povo fluminense. — Cerqueira Cesar.

(6) Letourneau — *L'évolution juridique*, pag. 289.

(7) *Op. cit.*, pag. 317. Sobre a criminalidade este autor é sempre completo. Convém consultal-o.

(8) Le Bon — *Cp. cit.*, pag. 318.

(9) Vide Michelet — *Les origines du droit français cherchées dans les symboles et formules du droit universel*. Pariz, 1837, pags. 15 a 19.

CURITIBA, 6—Felicito-vos pela manifestação recebida da população fluminense, de cujo sentimento participa o povo paranaense. — *Vicente Machado*, 1º vice-governador.

NITERÓY, 6—Comprimeto a V. Ex. pela brilhante manifestação popular, a qual associa-me cordialmente. — *Carlos Bulhazar da Silveira*.

S. PAULO, 7—Nossas felicitações pela manifestação popular de hontem. — *Bernardino Campos*. — *Campos Salles*.

Correio — Esta repartição expedirá amanhã as seguintes malas :

Pelo *Itapoum*, para Imbetiba, recebendo impressos até a 1 hora, cartas para o interior da Republica até às 1 1/2, ditas com porte duplo até às 2, objectos para registrar até a 1 idem.

Pelo *Jerongmo Rébello*, para Itapemirim, Pinna, Benevente, Victoria e Caravellas, recebendo impressos até às 5 horas, da manhã, cartas para o interior até às 5 1/2, ditas com porte duplo até às 6 idem.

Pelo *Adolpho de Barros*, para Ubatuba, Paraty e Angra, recebendo impressos até às 7 horas da manhã, cartas para o interior até às 7 1/2, ditas com porte duplo até às 8 idem.

Amanhã :

Pelo *Estrella*, para Itapemirim, Benevente, Guarapary, Victoria e S. Mathews, recebendo impressos até a 1 hora da tarde, cartas para o interior até a 1 1/2, ditas com porte duplo até às 2, objectos para registrar até a 1 idem.

Pelo *Provence*, para Bahia, Dakar, Tene-riffe, Marselha, Genova e Napoles, recebendo impressos até às 7 horas da manhã, cartas para o interior até às 7 1/2, ditas com porte duplo e para o exterior até às 8, objectos para registrar até às 6 da tarde de hoje.

Repartição Central Meteorologica — Resumo meteorologico da estação do morro de Santo Antonio:

Dia 1 de março de 1892

Temperatura á sombra.....	(maxima.... 29,5 minima.... 23,2 media.... 26,3)
Dita na relva.....	(maxima.... 46,0 minima.... 18,0)
Dita ao sol.....	maxima.... 56,5
Evaporação á sombra 2ª, 8.	

No dia 2 :

Temperatura á sombra.....	(maxima.... 29,0 minima.... 22,2 media.... 25,6)
Dita na relva.....	(maxima.... 42,0 minima.... 19,1)
Dita ao sol.....	maxima.... 52,6
Evaporação á sombra 2ª, 1.	
Chuva 7ª, 1.	

Observatorio Astronomico

— Resumo meteorologico dos dias 5 e 6 de março de 1892:

N. DE ORDEN	DIAS	HORAS	BAROMETRO A 00	TERMOMETRO CENTIGRAO	TENSÃO DO VAPO	HUMIDADE RELATIVA
1	5	7 hs. da noite..	751.45	20.3	11.92	65.5
2	6	1 » » manhã.	752.08	27.2	20.21	75.0
3	»	7 » » »	751.97	28.7	22.27	76.0
4	»	1 » » tarde..	751.42	33.2	20.73	55.0

Thermometro desabrigado ao meio-dia: en-negrecido 51.0, prateado 39.5,
Temperatura maxima 34.4.
Temperatura minima 24.0.
Evaporação 3.8.
Ozone 3.
Velocidade média do vento em 24 horas 4ª, 2.

Estado do céu

- 1) 0,5 encobertos por cirrus, e cirro-cumulus, vento S 5ª, 3.
- 2) 0,4 encoberto por cirrus, e cumulus, vento S 2ª, 2.
- 3) 0,3 encobertos por cirrus, e cumulus, vento NW 3ª, 1.
- 4) 0,7 encobertos por cirrus, cirro-cumulus e cumulus, vento N 5ª, 6.

E nos dias 6 e 7 de março :

N. DE ORDEN	DIAS	HORAS	BAROMETRO A 00	TERMOMETRO CENTIGRAO	TENSÃO DO VAPO	HUMIDADE RELATIVA
1	6	7 hs. da noite..	751.58	28.9	12.76	61.3
2	7	1 » » manhã.	751.22	27.4	22.23	82.0
3	»	7 » » »	750.57	28.5	21.99	76.0
4	»	1 » » tarde..	749.61	31.5	17.11	42.0

Thermometro desabrigado ao meio dia en-negrecido 68,0, prateado 46,5.

Temperatura maxima 35,8,

Temperatura minima 24,2.

Evaporação 5,3.

Ozone 4.

Velocidade média do vento em 24 horas 3ª, 4.

Estado do céu

- 1) 0,9, encoberto por cirro-cumulus e cumulo-nimbus, vento S 6ª, 7.
- 2) 0,6 encoberto por cirrus e cirro-cumulus, vento NNW 1ª, 9.
- 3) 0,8 encoberto cirrus, cirro-cumulus e nevoeiro, vento NW 3ª, 2.
- 4) 0,7 encoberto por cirrus, cirro-cumulus e cumulus, vento NW 5ª, 9.

Obituário — Sepultaram-se no dia 4 do corrente as seguintes pessoas fallecidas de :

Amolecimento cerebral—a fluminense Eva Maria da Conceição, 16 annos, solteira, residente e fallecida á rua Bráulio Cordeiro.

Acesso pernicioso—o hespanhol André Corrolo, 31 annos, solteiro, residente na Praia Vermelha, e fallecido no hospital de S. João Baptista; os portuguezes José Luiz Fernandes, 40 annos, viuvo, residente e fallecido á travessa do Thesouro n. 4 A; Clemente Rotta, 35 annos, residente á rua da Saude n. 106 e verificado o obito no Necroterio. Total, 3.

Bronchite capilar — o fluminense Julio, filho de Christiana Maria da Conceição, 8 me-zos, residente e fallecido á rua das Laranjeiras n. 70.

Beri-beri — a fluminense Genoveva Maria Teixeira de Lemos, 25 annos, casado, residente e fallecida á ladeira do Barroso n. 62.

Congestão cerebral — o portuguez Manoel Martins, 23 annos, residente e fallecido á rua Theophlo Ottoni.

Catarrho suffocante—a fluminense Maria, filha de João Fernandes Ambrosio, 3 dias, residente e fallecida á rua Bella de S. João n. 165; o pariaense Pedro, filho de Cyrillo Fernandes da Menezes, 1 anno, residente e fallecido á rua do Conde de Bomfim.

Cachexia cancerosa—a portugueza Maria Thomazia de Oliveira, 68 annos, casada, residente e fallecida á rua do Visconde de Sapecahy n. 177.

Colica infantil—o fluminense Matheus, filho de Antonio Dorotheo da Silva, 7 dias, residente e fallecido á rua de S. João n. 66.

Enterocolite—o fluminense Pedro, filho de Pedro José de Miranda, 40 dias, residente e fallecido á rua de Santo Alfredo n. 11.

Enterocolite—o fluminense Laura do Carmo, filha de Antonio José Pinto, 3 annos, residente e fallecida na Avenida Fontes.

Estreitamente aortico—o austriaco Joseph Indra, 34 annos, casado, residente á rua Mathias Barbosa e fallecido na Santa Casa.

Febre biliosa—a franceza Antonietta Paget, 20 annos, residente e fallecida á rua Souto Carvalho; o fluminense Octavio Benedicto Theophilo, 49 annos, solteiro, residente e fallecido á praia de Botafogo n. 162.

Febre pernicioso — a italiana Philomena Russa, 13 annos, residente e fallecida á rua João Castano n. 95; José Luiz de Carvalho, 20 annos, solteiro, residente e fallecido á rua da Relação n. 58; João Pereira, 30 annos, solteiro, residente e fallecido á travessa das Partilhas n. 56; a brasileira Rosa, filha de João Maria do Amaral, 1 anno, residente e fallecida á rua Fernandes Guimarães n. 60; o paulista Antonio Pereira da Silva Braga, 15 annos, solteiro, residente e fallecido, á rua do Cattie n. 34; a brasileira Rosalina Souza Soares, 32 annos, casada, residente e fallecida á praça da Acclamação n. 125. Total, 6.

Febre typhoidéa—os portuguezes José Ignacio Soares Ramos, 17 annos, solteiro, residente e fallecido á travessa do Pago n. 24; Adolpho Vieira de Oliveira, 19 annos, solteiro, residente e fallecido á rua do Visconde de Inhama n. 19; Bento Domingues, 46 annos, casado, residente á praça da Acclamação n. 121; Manoel José Joaquim da Rocha, 54 annos, solteiro, residente á rua do Riachuelo n. 166 e fallecido no hospital da Santa Casa. Total, 4.

Febre amarella—os francezes Roberto H. Zinernernida, 26 annos, casado, residente e fallecido no hospital de S. Sebastião; Gastiand Dominique, 42 annos, solteiro, e Raully Schirle, 42 annos, casado, fallecidos no hospital da Saude; Anna Puche, 34 annos, solteira, residente e fallecida á rua do Barão de Guaratiba n. 13; Constant Lenoble, 25 annos, solteiro, residente e fallecido á rua do Barão de Guaratiba n. 13; os portuguezes João Michado, 12 annos, residente á rua de Santo Christo n. 189; Conceição, filha de José Gomes Leite, 7 annos, residente e fallecida á rua do General Camara n. 284; Antonio da Costa Figuerado, 42 annos, casado, residente e fallecido á rua de S. Christovam n. 118; Maria José da Silva, 30 annos, casada, residente e fallecida á rua de Santo Christo n. 131; Manoel Pereira, 21 annos, solteiro, residente e fallecido á rua de S. José n. 14; Joaquim da Silva Mesquita, 17 annos, residente e fallecido á rua Souza Barros n. 16; Francisco da Cruz, 37 annos, casado, residente e fallecido á rua do Barão de S. Francisco Filho n. 12; os italianos Carlos Montaldo, filho de Carlos Montalto, 4 annos, residente e fallecido á rua do General Polydoro n. 53; José Biffé, 22 annos, solteiro, fallecido no hospicio da Saude; o irlandez Peter Halleno, 44 annos, solteiro, fallecido a bordo; o brasileiro José Joaquim de Moraes, 25 annos, solteiro, residente á rua de S. Luiz Gonzaga n. 53; os hespanhóes Manoel João Gonçalves, 30 annos, casado, residente á ladeira da Madre de Deus n. 5; Ricardo Guterres, 21 annos, solteiro, residente na Ilha do Vianna; os italianos João Tuspano, 16 annos, solteiro, residente á rua de Sant'Anna n. 39; Lena Fortunato, 27 annos, solteiro, residente na Estrada de Ferro Central; Linda Catrolina, 24 annos, residente á Praça de D. Manoel; Pietro, 37 annos, solteiro residente e fallecido á rua do Conde de Bomfim n. 153; Scantam, burlo Luigi, 16 annos, solteiro, residente na Estação de Mendes; os portuguezes, Antonio Rodrigues de Mello, 44 annos, casado; Francisco do Amaral, 24 annos, casado, residente na Tijuca; José Francisco Paschoa, 25 annos, casado, residente á rua de S. Francisco Xavier, n. 59; todos fallecidos no Hospital de S. Sebastião; Joaquim Francisco de Oliveira, 23 annos, solteiro, residente e fallecido, á rua do General Severiano, n. 72; Antonio José da Conceição, 27 annos, solteiro, residente e fallecido

PARTE COMMERCIAL

VALORES DA BOLSA

O movimento foi o seguinte :

VENDAS

Soberanos

Soberanos .. 20\$580

Apolices

Apolices conv. de 1:000\$, de 4%	1:135\$000
Ditas idem idem.....	1:136\$000
Ditas geraes de 400\$.....	ao par
Ditas de 500\$.....	idem
Ditas de 600\$.....	idem
Ditas de 800\$.....	idem
Ditas de 1:000\$.....	idem

Bancos

Banco do Brazil 2ª serie.....	150\$000
" " 1ª serie.....	160\$000
Dito Industrial e Mercantil.....	145\$000
Dito Lavoura e Commercio.....	100\$000
Dito da Republica.....	100\$000
Dito idem idem.....	101\$000
Dito Commercio, 2ª serie.....	60\$000

Companhias

Comp. Viação Ferrea Sapucahy, c/75 % bonus.....	24\$000
--	---------

Rio de Janeiro, 7 de março de 1892.—
O presidente, Joaquim Navarro de Andrade.—
O secretario, A. Simonsen.

Mercadorias

Pela Estrada de Ferro Central

As mercadorias entradas no dia 6 de março foram :

		Desde 1 do mez
Café.....	135.335	1.708.914 kilogs.
Carvão vegetal.....	33.720	150.880 »
Couros secos e salgados.....	52.570	76.260 »
Fumo.....	7.203	40.546 »
Madeiras.....		150.000 »
Milho.....	2.760	2.760 »
Queijos.....		20.709 »
Toucinho.....	6.800	52.269 »
Diversas.....	113.080	253.840 »

E no dia 7 de março:

		Desde 1 do mez
Café.....	439.120	2.148.034 kilos.
Carvão vegetal.....	33.760	184.640 »
Conros secos e salgados.....		76.260 »
Fumo.....	2.910	43.456 »
Madeira.....		15.000 »
Milho.....		2.760 »
Queijos.....	9.760	30.469 »
Toucinho.....	3.700	55.969 »
Diversas.....	20.000	282.840 »

EDITAES E AVISOS

Observatorio do Rio de Janeiro

Concurso

De conformidade com o art. 22 das instrucções de 20 de janeiro de 1891, fago publico que a commissão examinadora no concurso ao logar de astrônomo instructor organisou a seguinte lista de pontos para a prova oral :

Ponto n. 1—Estudo comparativo do grão de precisão dos diversos methodos empregados na solução dos problemas astronomicos.—Theoria dos erros.—Hygrometria.

Ponto n. 2—Observação de passagens servindo-se do ouvido ou do chronographo.—Emprego dos ephemerides.—Thermometria.

Ponto n. 3—Observação do sol ou da lua em azimuth e em altura. Visados pelo methodo

commum, de Liais e de Quatelet.—Theoria dos instrumentos proprios á medida do tempo.—Barologia.

Ponto n. 4—Astronomia solar dos antigos.—Theoria equatorial.—Aerometria.

Ponto n. 5—Legislação planetaria de Kepler; sua reacção dinamica.—Theoria dos reguladores e chronographicos electricos.—Cosmogonia.

Ponto n. 6—Determinação das distancias inter-planetarias.—Forma dos triangulos geodesicos.—A atmospheria.

Ponto n. 7—Figura e grandeza dos planetas.—Medida dos arcos terrestres.—Meteoros electricos.

Ponto n. 8—Movimento de rotação da terra.—Calculos dos triangulos geodesicos. Nivelamento. Signaes terrestres e instrumentos empregados.—Estudo geral dos saes.

Ponto n. 9—Perturbações planetarias; methodo de Lagrange.—Achatamento da terra. Determinação do metro.—Estudo geral dos acidos.

Ponto n. 10—Apreciação geral da lei da gravitação.—Emprego do pendulo em geodesia.—Estudo geral das bases.

Secretaria do Observatorio Astronomico, 5 de março de 1892.—O secretario, Brotero F. de Maceio Soares.

Hospicio Nacional de Alienados

Concurrença para o fornecimento de pão e carne verde

De ordem do Dr. director geral da Assistencia Medico-legal de Alienados, recebem-se até ao dia 10 do corrente, ás 11 horas da manhã, propostas para o fornecimento desses generos ao Hospicio Nacional.

As pessoas que quizerem concorrer a este fornecimento encontrarão os esclarecimentos precisos na administração deste estabelecimento.

Hospicio Nacional, 1 de março de 1892.—O administrador, Vasco Alencastro Lima.

Caixa de Amortização

Por esta repartição si faz publico, que tendo-se extraviado duas apolices geraes do valor de 1:000\$ cada uma, juro antigo de 6 %, sob ns. 75.444 e 75.445 emitidas em 1866, se pedirá a expedição de novos titulos, caso não appareça reclamação.

Caixa de Amortização, Rio de Janeiro, 7 de março de 1892.—M. A. Galvão.

Recebedoria da Capital Federal

Fazenda de Santa Cruz

Antonio José de Araujo, Torquato Lopes da Silva e o Dr. Felipe Basilio Cardoso Pires, requereram aforamento de terrenos na Fazenda de Santa Cruz, o primeiro de tres terrenos, um de 22 metros de frente, no logar denominado Cercadinho, onde tem bemfeitorias por cujo goso propõe dar 1:000\$ de luvras além da joia e foro devido, quatro lotes de terreno de 22 metros cada um e mais um lote de 15m.5 de frente, situado á rua D. João VI e encravado entre as terras de outros arrendatarios; o segundo um terreno de 11 metros de frente ou meio lote, encravado entre a rua que sobe para o logar denominado Petropolis e terras de outro arrendatario e o terceiro, um terreno de 110 metros de frente, ou cinco lotes na estrada geral de Santa Cruz e offerecem todos cumprir as instrucções de 30 de outubro de 1891.

Quem pretender estes terrenos apresente até o dia 25 de março corrente requerimento dirigido ao Sr. ministro da fazenda e entregue nesta recebedoria.

Recebedoria da Capital Federal, 2 de março de 1892.—O administrador, J. C. Cavalcanti.

do, á rua do General Camara, n. 135; Joaquim Pereira da Souza, 36 annos, casado, residente e fallecido á rua Fernandes Guimarães, n. 45; João Gonçalves Portella, 14 annos, residente e fallecido, á rua dos Arcos, n. 16; Manoel José de Oliveira, 48 annos, casado, residente e fallecido, á rua do General Polydoro, n. 106; Manoel dos Santos Barbosa, 28 annos, casado, residente e fallecido á Praia de Botafogo n. 96; o brasileiro, João, filho de João de Castro, 3 annos, residente e fallecido á Ladeira do Castello n. 4; José Luiz Alves Martins, 30 annos, solteiro, residente á rua do Costa Barros, n. 16, e fallecido na Santa Casa; os hespanhões, Francisco Fernandes de Meizeles, 40 annos, residente e fallecido, á rua do Principe, n. 33; José Barroso, 33 annos, viuvo, residente e fallecido á rua da Alegria; o italiano, José Cozzensa, 11 annos, residente á Travessa de S. Salvador Matosinhos, Total, 37.

Gastro enterite—o fluminense Maria, filha de Martinho José Albino, 8 mezes, residente e fallecido á rua do Cande d'Eu n. 34; a portugueza Maria Ferreira, 45 annos, casada, residente e fallecida á rua da America n. 163; a brasileira D. Iphina Pinheiro Gouvea, 64 annos, residente e fallecida á rua do Visconde de Itamaraty n. 5 Total, 3.

Hypocemia interpterial—o portuguez Manoel José Affonso, 28 annos, residente e fallecido na Santa Casa.

Enteria—Eduardo, filho de Carolina Hoffmann, 15 d'as, residente e fallecido na Casa dos Expostos.

Insufficiencia mitral—o brasileiro Pedro Teixeira, 70 annos, solteiro, residente em Guaratiba; Niel Christiano Vilhen, 62 annos, casado, residente á rua da Alegria n. 90. Total, 2.

Lesão cardíaca—o austriaco Ernest Chatz, 70 annos, solteiro, fallecido na Santa Casa.

Lesão organica do coração—Marechal, 45 annos presumiveis, residente á rua das Marrecas n. 31, verificou-se no necroterio

Meningite—o fluminense Carlos, filho de Antonio Ferreira, 8 dias, residente e fallecido á praça do General Osorio n. 151.

Nephrite—o fluminense Olympio, filho de Amelia, 4 annos, residente á rua do General Camara n. 187 e fallecido na Santa Casa.

Perfuração intestinal—o mineiro Dr. Emilio Arthur Ribeiro da Fonsaca, 41 annos, casado, residente e fallecido á Avenida de S. Salvador da Mattosinhos n. 16.

Tuberculosos—o fluminense Joaquina, filha de João Espindola de Mendonça, 4 annos, residente e fallecida á rua do Boulevard do Imperador n. 2.

Tuberculosos pulmonares—os fluminenses Beltrão Carolino Coelho, 35 annos, solteiro, residente á rua Primeiro de Março n. 65 e fallecido na Santa Casa; Estephani Maria da Conceição, 28 annos, solteiro, residente á estação de Casadoura; os africanos Domingos Costa Carvalho, 70 annos, solteiro, residente e fallecido á rua do Barão de Iguatemy n. 2; Rosa Maria da Conceição, 60 annos, solteiro, residente á rua do Passaio; a brasileira Antonia Maria da Conceição, 39 annos, solteira, residente á travessa de Santa Rita n. 15, fallecida na Santa Casa; o portuguez Joaquim Antonio Lomba, 31 annos, casado, residente e fallecido á ladeira do Livramento n. 3. Total, 7.

Variola—o fluminense João, filho de Bernardo Francisco de Araujo Lessa, 7 annos, residente e fallecido á rua do General Pedra n. 146.

Variola confluenta—o sergipino Sabino da Rocha, 16 annos, solteiro, residente e fallecido no hospital de Santa Barbara.

Fetos—um do sexo masculino, filho de Antonio Amado, residente á rua de S. Pedro n. 239; um do mesmo sexo, filho do commandador Francisco Casemiro A. Costa; residente no campo de S. Cristovão n. 22; um do mesmo sexo, fil. de Anna Maria de Lima, residente á rua Luiz de Camões n. 74.

No numero dos 88 sepultados, estão incluídos 32 indigentes, cujos enterros foram gratuitos.

Recebedoria da Capital Federal*Aforamento*

Candido Basilio Carlos Pires e João Chrispim Franco requereram o aforamento na Fazenda de Santa Cruz, o primeiro de um terreno com 22 metros de frente e onde tem bemfeitorias e o segundo cinco lotes de 22 metros cada um na estrada geral, proximo ao morro da Estacada, e offerecem cumprir as instruções de 30 de outubro de 1891.

Quem pretender os referidos terrenos apresente até ao dia 15 de março futuro requerimento dirigido ao Sr. ministro da fazenda e entregue nesta recebedoria.

Recebedoria da Capital Federal, 23 de fevereiro de 1892.—O administrador, *João Cruvello Cavalcanti*.

Miguel José Alves Moreira e José Mendes Ribeiro Camargo requereram aforamento de terrenos na Fazenda de Santa Cruz, o primeiro, de 110 metros ou 5 lotes de 22 metros cada um e o segundo, de 1 lote de terreno de 22 metros de frente, e situado na estrada geral e offerecem cumprir as instruções de 30 de outubro de 1891.

Quem pretender estes terrenos apresente até o dia 25 de março corrente requerimento dirigido ao Sr. ministro da fazenda e entregue nesta recebedoria.

Recebedoria da Capital Federal, 3 de março de 1892.—O administrador, *João Cruvello Cavalcanti*.

Fazenda de Santa Cruz

Fernando Pereira da Silva Continentino, Praxedes Ribeiro da Silva, Luiz Basilio da Motta, Manoel Carlos de Carvalho Junior e Mathias Fernandes da Costa requereram aforamento de terrenos na fazenda de Santa Cruz, o primeiro, de um terreno dividido em 16 lotes de 22 metros de frente cada um e mais 18 metros encravados entre o rumo de Piahy e terras de outro arrendatario; o segundo, um de 22 metros, ao lado esquerdo da estrada; o terceiro e quarto um lote de 11 metros encravado entre o terreno do terceiro e de outro arrendatario, e o quinto quatro terrenos, sendo um de 22 metros de frente, situado à rua Prado, outro de 11 metros ou meio lote, situado à rua Campeiro-mór e os outros dois à rua de D. João VI, tendo um 11 metros ou meio lote e outro 22 metros e offerecendo todos cumprir as instruções de 30 de outubro de 1891.

Quem pretender os referidos terrenos apresente até o dia 20 de março do corrente, requerimento dirigido ao Sr. ministro da fazenda e entregue nesta recebedoria.

Recebedoria da Capital Federal, 29 de fevereiro de 1892.—O administrador, *J. C. Cavalcanti*.

Alfandega do Rio de Janeiro*Edital*

Pela inspeccoria desta alfandega, se faz publico, para conhecimento dos interessados, que foram descarregados para esta repartição os volumes abaixo mencionados com signaes de avarias e de faltas; devendo seus donos ou consignatarios apresentar-se para providenciar a respeito.

Vapor francez *Entre Rios*.

Armazem n. 11 — Marca CO&C : 3 fardos ns. 181 e 173/5, avariados. Manifesto em tradução.

Marca C&F : 2 caixas ns. 5.009 e 6.899, idem. Idem.

Marca CC : dita n. 724, idem. Idem.

Marca CB&C : 1 dita n. 5.630, idem. Idem.
Marca D—E&G : 1 dita n. 5.598, idem. Idem.
Marca FF—CTB : 1 dita n. 618, idem. Idem.
Despacho sobre agua—Marca FIII&C : 2 ditas ns. 229 e 48, idem. Idem.
Armazem n. 11 — Marca FF : 1 engradado n. 624, idem. Idem.

Marca GB&C : 1 caixa n. 6.895, idem. Idem.
Marca GG—BF&C : 5 ditas, diversos numeros, idem. Idem.

Marca JRS : 1 dita n. 761, idem. Idem.

Lettreiro *O Tempo* : 2 fardos ns. 109 e 974, idem. Idem.

Marca PB&I : 2 caixas ns. 971 e 974, idem.
Marca R&G : 2 fardos ns. 68 e 90, idem.
Marca SG&C : 3 caixas ns. 3.933, 3.937/7, idem. Idem.

Despacho sobre agua—Marca SG&C : 1 barrica, idem. Idem.

Armazem n. 11—Marca TB : 5 caixas, idem. Idem.

Armazem n. 6 — Marca VA&C : 1 dita n. 8.883, idem. Idem.

Armazem da estiva—Marca VM&C : 1 fardo n. 731, idem. Idem.

Vapor inglez *Jolani*.

Armazem n. 14 — Marca A&C : 19 fardos, avariados. Manifesto em tradução.

Marca CDC : 2 caixas, idem.

Marca C : 4 fardos ns. 8.210 e 8.145, idem. Idem.

Marca C&G : 2 ditos, idem. Idem.

Marca D : 3 ditos, ns. 417/8 e 416, idem. Idem.

Marca H—G : 1 caixa n. 1.865, avariada e repregada. Idem.

Marca K&C : 1 dita n. 5.639, idem. Idem.

Marca PG&C : 2 ditas ns. 65 e 67, idem. Idem.

Marca JHG : 16 ditas, idem. Idem.

Marca RV : 17 ditas, idem. Idem.

Sem marca : 1 dita, idem. Idem.

Marca 145 : 4 ditas, diversos numeros, idem. Idem.

Marca VLA : 2 ditas, idem. Idem.

Vapor inglez *Sirius*.

Armazem n. 9 — Marca GS—PA : 2 barricas ns. 896/7, repregadas. Manifesto em tradução.

Marca EP&C : 2 ditas ns. 76 e 77, idem. Idem.

Despacho sobre agua — Marca 92 : 3 caixas ns. 7.476/7 e 7.475, idem. Idem.

Armazem n. 9 — Marca LCO&C : 5 saccos, rotos. Idem.

Armazem n. 12 — Marca AG&P : 1 caixa n. 3.409, repregada. Idem.

Armazem n. 9 — Marca AS&C : 1 barrica n. 46, idem. Idem.

Marca LCO&C : 5 saccos, rotos. Idem.

Marca T&C : 1 barrica n. 398, repregada. Idem.

Vapor inglez *La Plata*.

Armazem n. 1—Marca BM—R : 1 caixa n. 41, avariada e repregada. Manifesto em tradução.

Marca CO&C—RJ : 1 dita n. 2.209, idem. Idem.

Marca LMS : 1 dita n. 1.787, idem. Idem.

Marca CPS&C—MZ&C : 1 ditas idem, idem. Idem.

Marca T&B : 28 ditas idem, idem. Idem.

Vapor inglez *Saundersbury*.

Armazem n. 14—Marca GB—MG : 24 caixas com diversos numeros, avariada e repregada. Manifesto em tradução.

Marca FSH : 1 dita n. 4, idem, idem. Idem.

Vapor inglez *Tames*.

Armazem da estiva—Marca CSI : 2 fardos ns. 93 e 106, avariados. Manifesto em tradução.

Marca JI&F 2 caixas ns. 1.053 e 1.054, repregadas, idem. Idem.

Marca BFS&C : 1 dita n. 167, idem, idem. Idem.

Marca AG&C : 1 dita n. 1.607, idem, idem. Idem.

Marca HT : 1 dita n. 23, idem, idem. Idem.
Armazem de despacho—Marca SG&C : 1 dita n. 5 481, idem, idem. Idem.

Vapor inglez *Glengoil*.

Armazem n. 15 — Marca AA&C : 2 ditas ns. 76 e 136, avariada e repregada. Manifesto em tradução.

Marca CS&C : 1 dita n. 13, idem, idem. Idem.

Marca C : 4 ditas idem, idem. Idem.

Marca WR : 2 ditas ns. 2/3, idem, idem. Idem.

Marca CCAF : 3 ditas ns. 61, 67 e 85, idem, idem. Idem.

Marca D—A : 10 ditas idem, idem. Idem.

Marca FMB : 5 ditas idem, idem. Idem.

Marca JB : 1 dita idem, idem. Idem.

Marca JLA : 3 ditas ns. 1/3, idem, idem. Idem.

Marca LFM&C : 1 dita n. 15, idem, idem. Idem.

Marca LR : 3 ditas 42, 44 e 45, idem, idem. Idem.

Marca L&I—B : 1 dita u. 3, idem, idem. Idem.

Marca M&C : 2 ditas ns. 80 e 61, idem, idem. Idem.

Marca ML : 2 ditas idem, idem. Idem.

Marca PM&C : 2 ditas ns. 24 e 2, idem, idem. Idem.

Marca QDC : 1 dita idem, idem. Idem.

Marca RM&C : duas ditas idem, idem. Idem.

Marca USC : 1 dita idem, idem. Idem.

Marca AR&C : 2 engradados, idem, idem. Idem.

Marca CNAFF : 1 caixa n. 12, idem, idem. Idem.

Marca G : 5 engradados idem, idem. Idem.

Marca CCAF : 2 caixas ns. 72 e 9, idem, idem. Idem.

Marca C—A : 3 ditas idem, idem. Idem.

Marca CS&C : 2 ditas ns. 4 e 6, idem, idem. Idem.

Marca GG : 3 barricas avariadas e repregadas, idem. Idem.

Lettreiro José Silva : 1 dita n. 723, idem, idem. Idem.

Marca LFM&C : 9 ditas com diversos numeros, idem, idem. Idem.

Marca L&A : 1 dita n. 89, idem, idem. Idem.

Marca RM&C : 1 dita n. 44, idem, idem. Idem.

Marca SLF : 1 dita idem, idem. Idem.

Marca VG&C : 4 ditas idem, idem. Idem.

Vapor ingel *Titanic*.

Estiva — Marca QD—C : 2 caixas repregadas. Manifesto em tradução.

Armazem n. 6 — Marca CP—C : 2 ditas ns. 424 e 425, idem. Idem.

Marca D—M : 1 dita n. 437, avariada. Idem.

Lettreiro Barateiro : 2 fardos ns. 292 e 294, idem. Idem.

Marca MN—C—D : 1 caixa n. 1608, idem. Idem.

Estiva — Marca A Pires — C : 2 barris, quebrados, idem.

Vapor inglez *Herchel*.

Armazem n. 9 — Marca A&C : 9 barricas, diversos numeros, quebradas. Idem.

Sem marca — 6 bigornas avariadas. Idem.

Vapor inglez *Iberia*.

Armazem n. 14 — Marca B&R : 2 barricas ns. 3 e 6, repregadas, idem.

Marca HIG—M : 1 caixa n. 840, idem. Idem.

Marca IF—F : 2 barricas ns. 6 11, idem. Idem.

Marca OP&C : 1 caixa n. 7.561, idem. Idem.

Marca B&R : 1 barrica n. 4, idem. Idem.

A mesma marca : 1 caixa n. 235, idem. Idem.

Marca C&C : 1 dita n. 53, idem. Idem.

Marca G&M : 1 dita n. 231, idem. Idem.

Marca C&F : 1 dita n. 55, idem. Idem.

Marca CIB — X : 2 ditas ns. 3 e 8, idem. Idem.
 Marca F: 1 dita n. 318, idem. Idem.
 Marca EE: 1 dita n. 450, avariada, idem. Idem.
 Marca FB&C : 2 ditas ns. 14 e 15, idem. Idem.
 Marca JR: 1 dita, idem. Idem.
 Marca JRS : 2 ditas ns. 731 e 732, idem. Idem.
 Marca JJC o &C: 1 gigo n. 55, idem. Idem.
 Marca EF — M : 1 barrica n. 9, idem. Idem.
 Marca MB&C: 1 caixa n. 650, idem. Idem.
 Lettreiro EB—Paris—G: 2 ditas ns. 2.945/6, idem. Idem.
 Marca T&B : 8 ditas, idem. Idem.
 Marca VTS: 1 dita, idem. Idem.
 Vapor allemão *Rosario*.
 Estiva—Marca GMM: 4 caixas, avariadas e repregadas. Idem.
 Marca CF&C—R: 1 dita n. 1.474, idem. Idem.
 Armazem n. 3—Marca CPN: 3 ditas ns. 938 a 940, idem. Idem.
 Armazem n. 11 — Marca CF—T&C: 1 dita n. 6.059, idem. Idem.
 Marca EOPB: 1 dita n. 9.631, idem. Idem.
 Marca EMB: 1 dita n. 3.000, idem. Idem.
 Marca FB—C—JL: 1 dita n. 2.247, idem. Idem.
 Marca JM: 1 dita n. 32, idem. Idem.
 Marca ABN&C: 1 dita n. 5.436, idem. Idem.
 Marca BAF: 1 dita n. 5.350, idem. Idem.
 Marca CF&C—R: 1 dita n. 1.448, idem. Idem.
 Marca CPM: 2 ditas ns. 4.672/2, idem. Idem.
 Marca EM—C: 2 ditas ns. 3.086 e 3.994, idem. Idem.
 Marca FMB: 1 dita n. 3.011, idem. Idem.
 Marca MSC: 1 dita n. 7.028, idem. Idem.
 Marca AV&C: 1 dita n. 2.824, idem. Idem.
 Estiva—Marca CMM: 10 ditas, idem. Idem.
 Armazem n. 11 — Marca B—L: 1 dita n. 4.413, idem. Idem.
 Marca DC&C: 1 dita n. 1.988, idem. Idem.
 Marca HS&B: 1 dita n. 1.035, idem. Idem.
 Marca HN: 1 dita n. 23.539, idem. Idem.
 Marca JBG: 1 dita n. 6.125, idem. Idem.
 Marca R: 1 dita n. 5.955, idem. Idem.
 Marca RF&C: 4 ditas, idem. Idem.
 Vapor allemão *Paraguassu*.
 Armazem n. 10—Marca RS—MS: 1 caixa n. 74, repregada. Manifesto em traducção.
 Estiva—Marca JBF: 6 ditas, idem. Idem.
 Lettreiro Companhia Maison Moderne: 6 ditas, idem. Idem.
 Armazem n. 10—Marca FB&C: 1 dita n. 1.151, idem. Idem.
 Estiva—Marca GPD&C: 2 ditas, idem. Idem.
 Lettreiro Chr. Hechsher & Comp.: 6 ditas, idem. Idem.
 Armazem n. 10—Marca MJAA: 1 dita n. 535, idem. Idem.
 Marca AJSC: 1 dita n. 1.442, idem. Idem.
 Marca BC—H: 1 dita n. 9.884, idem. Idem.
 Marca LC&N: 1 dita n. 1.121, idem. Idem.
 Marca R—MCS: 1 dita n. 39, idem. Idem.
 Marca HB&C—HB: 1 dita n. 9.156, idem. Idem.
 Marca MW: 1 dita n. 359, idem. Idem.
 Vapor allemão *Baltimore*.
 Armazem n. 8—Marca C—P: 1 caixa n. 3.162, repregada. Manifesto em traducção.
 Marca EFCD—RJ: 1 dita n. 1, idem. Idem.

Marca GR&C: 1 dita n. 392, idem. Idem.
 Marca HGP: 2 ditas ns. 1.546 e 1.548, idem. Idem.
 Marca M—LG: 1 dita n. 1.101, idem. Idem.
 Vapor allemão *Argentino*.
 Armazem n. 10—Marca ACR: 1 caixa, n. 30, avariada e repregada. Idem.
 Marca CP&C: 3 ditas diversos numeros, idem. Idem.
 Marca CI: 1 dita n. 2.102, idem. Idem.
 Marca MM&C: 1 dita n. 3.121, idem. Idem.
 Marca R&C: 1 dita n. 7.122, idem. Idem.
 Marca SCM—HNS: 1 dita n. 581, idem. Idem.
 Vapor allemão *Capita*.
 Armazem n. 6—Marca JL&F: 10 volumes com diversos numeros, avariados. Manifesto em traducção.
 Vapor francez *Congo*.
 Armazem n. 6 — Lettreiro Emilio Otto & Comp.: 1 caixa, repregada. Manifesto em traducção.
 Vapor francez *Portugal*.
 Armazem n. 3 — Marca AV&C: 1 caixa n. 3.078, repregada. Manifesto em traducção.
 Marca BL&C: 1 dita n. 1.272, idem. Idem.
 Marca BT&C: 1 dita n. 1.013, idem. Idem.
 Marca CB&C: 1 dita n. 719, idem. Idem.
 Marca CR&C—AN: 1 dita n. 252, idem. Idem.
 Marca CDP: 1 dita n. 381, idem. Idem.
 Marca EM&C: 1 dita n. 2.106, idem. Idem.
 Marca FB&C: 1 dita n. 1.168, idem. Idem.
 Marca GJ&C: 1 dita n. 34, idem. Idem.
 Marca MB&C: 1 dita n. 652, idem. Idem.
 Marca M&G: 1 dita, idem. Idem.
 Lettreiro Oliveira Costa: 1 dita, idem. Idem.
 Marca R&S: 1 dita n. 2, idem. Idem.
 Marca PF&C: 2 ditas ns. 37/38, quebradas. Idem.
 Marca RL: 1 mala, indicio de aberta. Idem.
 Alfandega do Rio de Janeiro, 7 de março de 1892.—O inspector, *Alexandre A. R. Sallamini*.

Intendencia da Guerra

Assignatura de contracto

Os Srs. Vieira de Carvalho, Filho & Torres, Manoel Joaquim Pimenta Velloso, Pereira de Barbedo & Pinto e A. Invencivel Companhia Manufactureira de Calçado—são convidados a comparecer na secretaria desta repartição afim de firmarem contracto dos artigos que lhes foram aceitos em sessão do conselho de compras de 11 de fevereiro, incorrendo na multa de 5 % aquelle que não o fizer até ao dia 9 do corrente.

Rio de Janeiro, 5 de março de 1892.—O secretario, *A. B. da Costa Aguiar*.

O conselho de compras desta repartição recebe propostas, no dia 8 do corrente, até às 11 horas da manhã, para a compra dos artigos abaixo:

- 199^m.80 de brim da Russia.
- 12.471 pares de meias brancas de algodão, sem costura, de ns. 9 a 10.
- 3.730 pares de meias brancas de algodão, sem costura, de ns. 7 a 8 1/2.
- 52 colchões cheios de capim, com capas de algodão riscado e trançado (1^m.80×0^m.66×0^m.13).
- 173 travesseiros com o mesmo enchimento e mesmas capas (0^m.66×0^m.13).
- 1.560 pares de sapatos de bezerro francez para aprendizes artifices, iguaes ao typo.
- 430 pares de sapatos de bezerro francez, para tropa, iguaes ao typo.
- 2.972 pares de cothurnos de bezerro, iguaes ao typo.

- 298 enxergões ou suadouros de lã, iguaes ao typo.
- 30 capacetes para banda de musica do corpo de alumnos.
- 39 pares de dragonas, idem, idem.
- 27 espadas com bainha de couro, para musicos de infantaria, tendo os punhos dourados e as guarnições prateadas, conforme o modelo em uso.
- 8 caixas de guerra com baquetas.
- 120 chapéus de feltro, molles, com fita e distico E. P. E.
- 54 chapéus de oleado com fita e legenda —Arsenal de Guerra da Capital.
- 16 pedras marmore brancas de 2^m.050×1^m.1×0^m.030.
- 1 pedra marmore branca de 2^m×0^m.85×0^m.030.

Todos os artigos serão fornecidos de prompto, á excepção dos colchões, travesseiros, calçado e pedras marmores, que serão entregues no menor prazo possivel.

Os proponente, sob pena de não serem tomadas em consideração as suas propostas, deverão apresentar amostras dos artigos que pretendem fornecer, e para os quaes não existam typos, assim como as que não forem feitas de accordo com o art. 61 do regulamento em vigor, escriptas com tinta preta, em duplicata, o numero e marca das amostras e, finalmente, declaração de sujeitarem-se á multa de 5 %, no caso de recusarem-se a assignar o respectivo contracto.

Rio de Janeiro, 5 de março de 1892.—O secretario, *A. B. da Costa Aguiar*.

Estrada de Ferro Central do Brazil

RECEBIMENTO DE MERCADORIAS

De ordem da directoria se declara, para conhecimento do publico, que amanhã 8 do corrente, receber-se-há na estação maritima pequenas expedições de generos alimentícios e inflammaveis para as estações de Vargem Alegre, Barra Mansa e também inflammaveis para as estações de Engenho Novo a Belem, Macacos e ramal de Santa Cruz e materias de construcção para o mesmo ramal em pequenas expedições, medicamentos para todo o ramal de S. Paulo (Vargem Alegre a Cachoeira.)

Na estação Central—pequenas expedições de mercadorias em geral e de inflammaveis para a estação de Desengano e estações da Estrada de Ferro União Valenciana e para a estação do Commercio e estações da Estrada de Ferro Rio das Flores.

Na estação de S. Diogo—Mercadorias em geral (excepto ferragens e materias de construcção) para as estações de Mariano Procopio a Barbacena.

No dia 9 do corrente receber-se-hão na estação maritima, grandes expedições de sal para a linha do centro e ramal de Porto Novo e estações da Estrada de Ferro de Oeste de Minas.

Escriptorio do trafego, 7 de março de 1892—*Pizarro Gabio*, chefe do trafego.

RECLAMAÇÕES

De ordem da directoria, se declara, para conhecimento do publico que, para o prompto andamento das reclamações torna-se necessario que sejam ellas feitas nas estações de destino ou procedencia, e nos impressos para esse fim adoptados pela administração, os quaes serão encontrados em todas as estações.

Nestes impressos estão indicados os esclarecimentos de que a administração carece: numero e data do despacho, estação de procedencia e destino.

E' necessario que o conhecimento ou boletim do despacho acompanhe a reclamação, como prescreve o art. 256 § 2º das tarifas.

Escriptorio do trafego, 22 de fevereiro de 1892.—*Martins Guimarães Filho*, chefe do trafego.

Estrada de Ferro Central do Brazil

Concurrença para o fornecimento de madeiras aparelhadas para com carros de transporte de gado bovino.

De ordem da directoria, se faz publico que no dia 9 do proximo mez de março, ás 11 horas, recebem-se propostas para o fornecimento das peças de madeira de lei, de diversas dimensões e esquadrias, aparelhadas e serradas para a construcção de 100 carros para o transporte de gado bovino, serie II, segundo as condições, qualidades das madeiras e especificações que se acham á disposição dos concorrentes no escriptorio de locomoção no Engenho de Dentro.

As propostas poderão ser apresentadas para a totalidade ou para um ou mais lotes de 20 carros.

Os proponentes deverão apresentar-se na repartição á hora acima indicada, trazendo as propostas fechadas, devidamente selladas, datadas assignadas, e com indicação das respectivas moradas depositando previamente a caução de 1:000\$, que reverterá para a estrada no caso de recusar-se o proponente cuja proposta for preferida, a assignar o respectivo contracto.

As propostas serão abertas e lidas na presença dos interessados.

Secretaria da Estrada de Ferro Central do Brazil, 29 de fevereiro de 1892.— O secretario, *Manoel Fernandes Figueira*.

Escola Polytechnica

INSCRIÇÃO DE MATRICULA PARA O ANNO LECTIVO DE 1892

De ordem do Sr. Dr. director da escola, faço publico, para conhecimento dos interessados, que, de 1 de março proximo futuro em diante, serão recebidos nesta secretaria, os requerimentos para a inscrição de matriculas, dos diversos cursos desta escola, para o anno lectivo de 1892; devendo terminar o respectivo prazo, de accordo com as disposições regulamentares em vigor, no dia seguinte áquelle em que finalisarem os exames da 2ª época.

Ninguém será admittido á referida inscrição, depois do encerramento, qualquer que seja o motivo a allegar.

Secretaria da Escola Polytechnica, 20 de fevereiro de 1892.— O secretario, *Augusto Saturnino da Silva Diniz*.

Escola Nacional de Bellas Artes

MATRICULA

De ordem do cidadão director, faço publico que estão abertas na secretaria desta escola, de hoje até ao dia 15 do corrente, as matriculas para os cursos geral e especial, e as inscrições do livre frequencia nas aulas de desenho figurado, pintura, esculptura, gravura de medalhas e pedras preciosas e architectura.

Os candidatos á matricula no 1º anno do curso geral deverão requerer ao mesmo cidadão director, declarando em suas petições o nome, idade, naturalidade, filiação e residencia, instruindo-as com certidões de idade e de vaccina e de exames de portuguez, arithmetica e geographia, prestados na Inspectoria Geral de Instrução Publica ou no Lyceo de Artes e Officinas.

Os candidatos á livre frequencia deverão tambem requerer ao mesmo cidadão director, fazendo iguaes declarações, mas independente de certidões de exames.

Secretaria da Escola Nacional de Bellas Artes, 1 de março de 1892 — Dr. *Candido José Teixeira*, secretario.

Escola Polytechnica

ABERTURA DAS AULAS EM 1892

De ordem do Sr. Dr. director faço publico, para conhecimento dos interessados que, de accordo com o aviso n. 4.687 de 27 de fevereiro ultimo, ficou adiada, para 15 de abril proximo, a abertura das aulas do anno lectivo de 1892; devendo ter começo no dia 21 de março corrente, os exames da 2ª época do anno lectivo de 1891, conforme foi determinado em aviso n. 4.616 de 22 de fevereiro proximo passado.

Secretaria da Escola Polytechnica 7 de março de 1892.— O secretario, *Augusto Saturnino da Silva Diniz*.

SOCIEDADES ANONYMAS

London & Brazilian Bank, limited

Capital.....	£ 1.500.000
Capital pago.....	£ 750.000
Fundo de reserva.....	£ 450.000

BALANÇO EM 29 DE FEVEREIRO DE 1892

Activo	
Capital a realizar.....	6.666:666\$670
Letras descontadas.....	650:598\$830
Letras a receber.....	4.176:786\$100
Caixas matriz e filiaes: saldos de conta.....	12.766:809\$800
Emprestimos, contas correntes e outras.....	3.697:014\$500
Garantias por contas correntes e diversos valores.....	9.985:815\$600
Caixa em moeda corrente....	7.615:659\$980
	45.559:351\$480

Passivo	
Capital.....	13.333:333\$330
Depositos	
Em conta corrente sem juros.	6.831:970\$770
Com 30, 60 dias de aviso....	593:326\$350
Com prazo determinado.....	1.356:960\$340
Garantias por contas correntes e diversos valores.....	15.062:156\$300
Diversas contas.....	8.273:167\$780
Letras a pagar.....	108:436\$520
	45.559:351\$480

Rio de Janeiro, 5 de março de 1892.—Pelo London & Brazilian Bank, limited, *E. A. Remm*, manager.— *W. J. W. Honey*, accountant.

The London and River Plate Bank, limited

(Estabelecido em 1862)

Capital.....	£ 1.500.000
Capital realiado.....	£ 900.000
Fundo de reserva.....	£ 750.000

BALANCETE DA CAIXA FILIAL NESTA PRAÇA EM 29 DE FEVEREIRO DE 1892

Activo	
Letras descontadas.....	430:926\$050
Letras a receber.....	1.211:320\$810
Emprestimos, contas caucionadas etc.....	344:945\$320
Caixa Matriz e Filiaes.....	780:221\$400
Diversas contas.....	82:464\$100
Penhores de empréstimos, contas caucionadas etc.....	1.016:042\$180
Caixa em moeda corrente..	996:839\$180
	4.922:759\$100

Passivo

Capital declarado da Caixa Filial...	1.500:000\$000
Dito a realisar.....	500:000\$000
	1.000:000\$000
Depositos a prazo fixo.....	47:959\$220
Contas correntes sem juros ..	951:809\$220
Diversas contas.....	668:223\$880
Titulos em caução.....	1.016:042\$180
Letras a pagar.....	234:526\$890
Caixas, matriz e filiaes.....	1.004:198\$010
	4.922:759\$100

S. E. O.—

Rio de Janeiro 5 de março de 1892.—Pelo the London and River Plate Bank, limited, *Havilland A. De Lisle*, acting manager.— *Frank S. Youle*, pro-accountant.

Companhia de Seguros Maritimos e Terrestres Confiança

ACTA DA 22ª SESSÃO DA ASSEMBLÉA GERAL EXTRAORDINARIA

Presidencia do Ecm. Sr. conselheiro, *Caciano Pinheiro da Fonseca*

Aos 28 dias do mez de janeiro de 1892, em virtude da previa convocação por editaes publicados pela imprensa desta capital, feita por tres vezes, sendo a ultima tambem por cartas, reuniram-se á meia hora depois do meio dia, no salão do Banco Commercial do Rio de Janeiro, os accionistas: Senhores, *João Gonçalves Peixoto Sobrinho*, *Paulino José Brochado*, *Miguel Francisco Rodrigues Pinheiro*, *Joaquim da Silva Pimenta*, *Antonio de Oliveira Alhadas*, *Caetano Pinheiro da Fonseca*, *Francisco Domingos Gontijo*, *L. V. Guimarães*, *Christiano Hecker*, *Manoel Teixeira do Valle*, *Barão da Lagoa Antonio*, *C. Abranches & C.*, *Oliveira Valle & C.*, *José Augusto de Souza Menezes*, *Antonio Augusto Pereira de Barros*, *Francisco Antonio Telles de Castro*, *Horacio Alexandrino da Costa Santos*, *João Martins Cornelio dos Santos*, *D. Cecilia B. Cornelio dos Santos*, *Manoel José Monteiro*, *Carlos Prospero Ratton*, *D. Carolina de Oliveira Ratton*, *Luiz Prospero Ratton*, *Dr. Luiz Cavalcante de Campos Mello*, *Pedro Pinto da Silva*, *Manoel Novaes de Souza*, *José Antonio Gomes Brandão*, *Antonio da Silva Pimenta*, *Dr. Francisco de Carvalho Figueira de Mello*, *Manoel Soares de Almeida*, *D. Escolastica Antonia de A. Bastos*, *José Ignacio Guedes de Figueiredo*, *Eduardo Gonçalves de Castro*, sendo os 18 ultimos por procuradores legaes, representando 1780 accões, para tratarem da prorogação do prazo da duração da companhia e reforma de alguns artigos dos estatutos.

O director Sr. *João Gonçalves Peixoto Sobrinho*, declara constituida a assembléa e indica para presidil-a o accionista Sr. conselheiro *Caetano Pinheiro da Fonseca*.

Approva a indicação, assume este senhor a presidencia e convida para secretarios os Srs. *Antonio de Oliveira Alhadas* e *Joaquim da Silva Pimenta*.

E' lida e approvada a acta da sessão anterior.

São lidos tambem termos authenticando o não comparecimento de numero legal para constituir a assembléa na primeira e segunda convocação.

O Sr. presidente declara que pela acta que vem de ler-se e pelos annuncios, já os senhores accionistas sabem qual o fim da reunião e convida a directoria a apresentar a respectiva proposta, a qual é lida pelo Sr. director *Peixoto Sobrinho*, sendo seu teor o seguinte:

Companhia de Seguros Maritimos e Terrestres Confiança.—Terminando em 30 de março proximo a duração da companhia sois convocados para deliberar sobre a sua prorogação; a directoria portanto submete ao vosso criterio a seguinte proposta de reforma de estatutos.

Proposta ao art. 3º—accrecente-se em para grapho unico.

Esta conforma. — O Director, *João Baptista*
ves Peixoto Sobrinho, Paulino J. Brochado, Mi
quel Francisco Rodrigues Pinheiro.

1. *Chlorophyll a* (Chl *a*)

Rio de Janeiro—Imprensa Nacional—1892